

Declaração

FENPROF exige uma auditoria externa ao processo do concurso

1. A FENPROF denunciou, em tempo oportuno, o pandemónio que os numerosos erros existentes nas listas do concurso dos docentes da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário haviam gerado nas escolas e simultaneamente dava conta do clima de desespero, raiva e angústia que grassava entre os candidatos.

2. Perante tal situação a FENPROF exigia, no dia 3 de Maio, a imediata retirada das listas e sua rigorosa correcção o que implicava a existência futura de novos prazos de reclamação.

3. Tendo em conta as gravíssimas perturbações provocadas pela actuação dos responsáveis políticos do Ministério da Educação, fortemente atentatórias da qualidade do funcionamento das escolas e da estabilidade profissional dos professores e educadores e respeitando o generalizado sentimento de indignação partilhado por dezenas de milhar de candidatos, a FENPROF, assumindo uma decisão do seu VIII Congresso, exigia a demissão da equipa ministerial.

4. Perante a reacção da FENPROF, o Secretário de Estado Abílio Morgado convocou, de emergência, uma reunião para as 19h00 do passado dia 3 e comprometeu-se a elaborar **novas listas**, as que **verdadeiramente** iriam “presidir” aos concursos, com novos prazos para reclamações. Considerou ainda as listas provisórias então publicitadas como “novos instrumentos de trabalho”, isto é, sem qualquer valor no âmbito dos concursos.

5. Lamentavelmente assistimos entretanto a um período de declarações do Ministro David Justino que em nada, pelo contrário, ajudaram a clarificar as posições tomadas pelo seu Secretário de Estado. Tais procedimentos mostram que o caos político também percorre as estruturas do Ministério da Educação, um Ministério que exige às escolas eficiência, eficácia, rigor, transparência e profissionalismo, qualidades que lhe faltam totalmente.

6. Durante o dia de ontem, 5 de Maio, a FENPROF e os seus Sindicatos foram inundados de informações relativas a uma infinidade de erros contidos nos verbetes onde consta um resumo das situações individuais de concurso pelas quais os candidatos optaram. Estamos assim perante uma generalizada e intolerável confusão. Isto é, o Ministério da Educação em vez de corrigir piorou brutalmente a situação existente, num período crucial dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas.

7. Na defesa da dignidade profissional dos professores e da qualidade de funcionamento das escolas bem como no respeito pelos colegas dos órgãos de direcção e gestão dos estabelecimentos de ensino e dos agrupamentos, a FENPROF exige que se ponha termo ao processo de correcção destas listas provisórias, que elas deixem de ser “instrumentos de trabalho” e se inicie um processo novo e *limpo* de elaboração de novas listas, a partir de instrumentos adequados à sua produção rigorosa e transparente.

A FENPROF considera ser impossível recuperar listas inundadas de erros. Exige-se **rigor e transparência** na elaboração de listas, que deve começar sem qualquer contaminação da incompetência de que se revestiu a abertura deste concurso. **O que a FENPROF jamais aceitará é a anulação dos concursos.**

8. A FENPROF exige, com carácter de urgência, **a realização de uma auditoria externa** a estes concursos de modo a apurar-se tudo o que com eles se prenda, desde o âmbito financeiro ao político.

9. O Secretariado Nacional da FENPROF deslocar-se-á, amanhã, dia 7, pelas 16h00, ao Ministério da Educação reivindicando a concretização das exigências atrás referidas.

Estes concursos são apenas a mais recente ponta do iceberg de uma actuação desastrosa e incompetente do Ministério da Educação que ameaça quotidianamente o futuro do país a nível do desenvolvimento e da qualificação dos seus recursos humanos, o que dá razão ao VIII Congresso da FENPROF quando afirma que “a actual equipa ministerial deixou de ter condições para continuar a exercer as suas funções”.

Lisboa, 6 de Maio de 2004
O Secretariado Nacional



A FENPROF reuniu no passado dia 11 de Maio com o Secretário de Estado Abílio Morgado. O Ministério da Educação foi obrigado a ceder às reivindicações dos professores depois das repetidas acções de luta desferidas e organizadas pela FENPROF. A única organização que, de facto, lutou pelos direitos dos docentes contratados.

Concursos 2004/05

CAOS ESTENDE-SE A QUASE TODOS OS CANDIDATOS

Responsabilidades políticas devem ser assumidas



**Concentração em frente ao M.E.
Exigência de demissão de Morgado e Justino**

DUAS PALAVRAS

Análise de sucessivas opções políticas para a Educação em Portugal

Relatório europeu faz avaliação catastrófica

Segundo o relatório apresentado pela Fundação Europeia da Formação, "Thirteen years of cooperation and reforms in vocational education and training in the acceding and candidate countries", o qual refere estatísticas de 2001, Portugal apresentava índices de insucesso, de abandono escolar, de frequência do ensino secundário ou de conclusão de cursos superiores verdadeiramente catastróficos, comparativamente com todos os países da união ou com os novos aderentes.

O índice mais favorável para o país é o que se refere à percentagem de licenciados, pois só Malta se situa atrás de Portugal. No entanto, se considerarmos a taxa de desempenho da população com ensino secundário, Portugal volta a cair para o último lugar.

Há, no entanto, outros índices que se sugerem para uma análise necessária e uma intervenção urgente: só 2,9% da população portuguesa realiza acções de formação ao longo da vida (contra 6% na Rep. Checa); dos alunos que abandonam precocemente o sistema de ensino só 2% frequentam acções de formação profissional, a que não é estranho o facto de só 22% das empresas oferecerem formação (contra 40% nos países do alargamento); temos uma taxa de abandono escolar 9 vezes superior à da Estónia; o investimento realizado com os alunos do ensino superior é inferior ao dos países do alargamento (onde é quase totalmente público), sendo o único país da "Europa alargada" que gasta menos com os alunos do ensino superior do que com os

alunos do ensino secundário.

Se não são já suficientemente alarmantes estes valores, não é possível deixar passar em claro o facto de na Bulgária e no Chipre haver o dobro dos diplomados em Portugal, sendo o índice mais elevado registado pela Estónia, com 30% de licenciados (9% em Portugal).

Esta é a realidade do sistema de ensino e da política educativa seguida sucessivamente pelos nossos governos, revelando uma extraordinária incapacidade para dar a volta ao problema.

Recentemente, Durão Barroso, Bagão Félix e David Justino têm-se desdoblado em iniciativas públicas com o objectivo de repor um optimismo que a situação actual do país não permite.

A solução não passa por discursos envenenados, mas sim por prosseguir os ideais de Abril, com vista a uma maior escolarização, formação e qualificação dos portugueses, conferindo-lhes a capacidade de se afirmar no trabalho, também pelas suas capacidades adquiridas.

A contra-revolução foi também este aligeirar de responsabilidades em relação à formação e qualificação dos cidadãos, este desresponsabilizar-se e despreocupar-se com a Educação em Portugal.

Mudar de política e valorizar o factor humano do Trabalho é uma tarefa inadiável e passa por alterações qualitativas no Governo do país. I

Luís Lobo



A luta contra a política deste governo, em diversas cambiantes, principalmente na defesa de serviços públicos de qualidade, tem levado a FENPROF a organizar ou a participar em diversas acções.

O prosseguimento desta luta será determinante para que todos os cidadãos das mais variadas proveniências sociais mantenham direitos fundamentais, consagrados na Constituição da República Portuguesa, de que este governo tem dado sinais de querer suprimir.



Paulo Sucena com os jornalistas junto ao MCES



Acção do movimento sindical no Dia Mundial da Saúde

SUMÁRIO

Agrupamentos de escolas FENPROF escreve ao Presidente da República	4
Concursos O caos das listas provisórias e a incompetência do ME	6
Colégios querem estar acima da lei O problema do financiamento público e privado	8
Professores contratados Luta obriga Ministério a recuar	10
Cartas educativas Acentuados cepticismo e preocupação	12
Gestão das escolas Tempo de votar e de afirmar a reversibilidade das políticas	14
Com três perguntas apenas... Escolas em meio rural: o que dita o seu encerramento	15
8º Congresso Nacional de Professores Depoimentos de convidados do Brasil e Cabo Verde Intervenção de Carvalho da Silva (CGTP-IN)	16
Federação desmonta Plano do Governo Insucesso e abandono escolares precoces	19
FENPROF no MCES Passos significativos no sentido das negociações	21
Janela Aberta As surpresas de uma espera	27
Agenda Cultural Uma aliciante proposta da Companhia Nacional de Bailado	30

Atropelos à Lei e à Democracia
na constituição de mega-agrupamentos

FENPROF escreve ao Presidente da República

“Em Julho de 2003, a FENPROF dirigiu-se a Vossa Excelência, manifestando preocupação pela forma como a administração educativa estava a desenvolver o processo de reordenamento da rede escolar, que levou à constituição de “mega-agrupamentos” de escolas, no Norte e no Centro do país, criando unidades organizacionais sem qualquer racionalidade pedagógica, que agrupam milhares de alunos e dezenas de escolas, geograficamente dispersas e sem grandes afinidades entre si.

Ao facto de terem prevalecido critérios de natureza administrativa e financeira sobre critérios de natureza pedagógica - o que contraria a Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor (Lei 46/86) - acresce ainda a circunstância de, neste processo, a administração ter cometido inúmeras irregularidades e ilegalidades, violando o estipulado no actual regime de autonomia e gestão das escolas (DL 115-A/98 e Dec. Reg. 12/2000).

Um dos requisitos obrigatórios por lei para

a constituição dos agrupamentos é o parecer favorável do município”.

Foi assim que a FENPROF se dirigiu a Jorge Sampaio, chamando a atenção para o facto de, através de um estudo realizado pela Federação ter sido possível constatar as referidas irregularidades.

Agrupamentos homologados pelas DRE do Norte e Centro do país, quebra de compromissos assumidos pelo Secretário de Estado da Administração Educativa perante os Deputados da Comissão de Educação, recurso à mentira, por Abílio Morgado, de pois de ser confrontado com essas irregularidades, contam-se entre outras faltas em que o Ministério da Educação não hesitou em incorrer.

A FENPROF reclama, apenas, o cumprimento dos procedimentos legais que são o garante do funcionamento democrático e da acção correcta da administração educativa.

Na carta enviada ao Presidente da República, a FENPROF denuncia ter havido

intervenção de vários parceiros educativos no sentido de evitar os “atropelos que consideravam terem sido cometidos pelo Ministério da Educação e solicitaram a intervenção das entidades a quem compete a fiscalização da acção do Governo.”

Apesar de todas estas diligências, o ME ignorou a intervenção da sociedade e as recomendações de outros órgãos de soberania, pelo que a FENPROF entendeu ser fundamental esta intervenção junto da Presidência, no sentido de evitar que outros males sejam exercidos sobre as escolas.

Chamando a atenção para o facto de o próprio Provedor de Justiça, ainda recentemente, ter chamado a atenção de “as leis não poderem ser consideradas meras sugestões e terem de ser cumpridas”, a FENPROF faz fé de que “quem governa dê o exemplo” e que quando isto não aconteça, possam as restantes instituições do Estado de Direito funcionar. I



EU NÃO QUERO DESISTIR.

Mas o M. E. tudo faz para que eu desista!

A propaganda do Governo diz que é preciso fazer-se melhor “por uma escolaridade reforçada em duração e em sucesso, uma escolaridade diversificada e capaz de dar resposta a todos” (Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar - ME/MSST)

A política do ME determina: Diminuição de professores de apoio nas escolas do 1º Ciclo (Despacho nº 8113-A/2004, de 22 de Abril - onde havia um ratio de 100 alunos por professor de apoio passa a haver um ratio de 334 alunos por professor de apoio). Tal irá provocar um corte de 70% (cerca de 4500 professores) na colocação de professores de apoio no próximo ano lectivo.

não há propaganda que resista
às medidas concretas do Governo/ME

ASSINA A PETIÇÃO DA FENPROF



EDITORIAL

Paulo Sucena
Secretário Geral da FENPROF



A inaudita incompetência da Avenida 5 de Outubro

Desvele-se, desde já, a sinédoque ou a metonímia, como preferirem, do título – não nos referimos a bancos ou televisões mas ao nosso amado e bisonho Ministério da Educação, cuja incompetente prepotência é directamente proporcional à altura do andar em que se situa.

A FENPROF está à-vontade para produzir um discurso político-sindical extremamente duro em relação à equipa politicamente responsável pelo Ministério da Educação porque, desde a sua constituição, em 1983, sempre deu mostras de grande abertura para negociar com seriedade e rigor. Para o que nunca se mostrou disponível foi para acatar docilmente as estratégias políticas dos diversos ministros que passaram por aquela espécie de casa assombrada que guarda a “responsabilidade” de tutelar a educação. A actual equipa, imbuída de um autismo confrangedor, sabedora disso, postergou acintosamente o diálogo negocial com a FENPROF e nem nos momentos de maior crise foi capaz de saudável e democraticamente ouvir o que pensam os docentes, chamando à 5 de Outubro a sua organização sindical mais representativa.

Para nosso azar, dos alunos e do país, o tempo mostrou que Ministro e Secretário de Estado eram, em estado puro, o avesso de Tírsis e Córidon por cantarem tão desafinadamente todos os temas que à educação se referiam —arcades ambo. E foi assim que o Ministério da Educação se transformou num comboio em permanente descarrilamento. Não houve estação que o fizesse parar – por todo o lado passou deixando uma terrível marca de devastação – seja na reforma curricular do ensino secundário, seja na gestão, seja na constituição de agrupamentos, seja na educação e ensino especial, seja no calendário escolar dos educadores de infância,

seja nos concursos, seja no combate ao insucesso e abandono escolar, seja na Lei de Bases da Educação onde aguarda o sumido pio de aprovação de uma exígua e conjuntural maioria parlamentar contra o clamor nacional de reprovação que toda a gente houve excepto os imarcescíveis pavilhões auditivos dos responsáveis do ME.

O General Garcia Leandro afirmou que no Iraque estamos perante “um desastre absoluto”. O nosso “desastre absoluto” chama-se Ministério da Educação. Considera o General que nas práticas usadas no Iraque há uma ideologia que “por exemplo se vê nos filmes, nos rambos e guerras das estrelas, em que é tudo para destruir”. Esta observação lembra-nos que o Ministério da Educação tem sido em Portugal um pólo de destruição. O paradigma norte-americano que, segundo Garcia Leandro, se define por uma “exagerada cultura de confrontação” vive também na 5 de Outubro em oposição à cultura de diálogo e cooperação não subserviente ou seguidista da FENPROF.

Considera ainda o General que se os Estados Unidos saírem do Iraque humilhados isso será prejudicial para todos. Não comento a asserção do ilustre militar mas, parafraseando-a, cuido que a ninguém aproveitará o prolongamento de uma situação apodrecida que se vive na Educação, em Portugal, e por isso considero que o Congresso Nacional dos Professores, que a FENPROF realizou em Março passado, tinha (e tem) razão – esta equipa ministerial deixou de ter condições para continuar em exercício. É necessário substituí-la e à sua política o mais urgentemente possível antes que se agrave o clima de ridicularização humilhante de que já vem sendo alvo na comunicação social. I

Fraqueza

Os erros cometidos são os mais absurdos que se possa imaginar. Apenas como exemplos: milhares de docentes dos quadros foram considerados candidatos a contrato; foram excluídos todos os candidatos das Regiões Autónomas e os que se encontram a exercer no estrangeiro; professores efectivos com dezenas de anos de serviço foram excluídos por falta de habilitações ou considerados sem qualquer dia de serviço; milhares de candidatos não constam das listas (do abaixo-assinado dirigido ao PR, ao Presidente do Parlamento e ao Provedor de Justiça).

O País confirmou em 3 de Maio que a incompetência é rainha no Ministério da 5 de Outubro. Desta vez, o caos ultrapassou tudo o que era possível imaginar. As listas de concursos, apresentadas pelo ME, não tinham nexos. A princípio, o Ministério de David Justino ainda falou (com algum sarcasmo...) que se tratava apenas de “instrumentos de trabalho”... Depois, com a pressão da FENPROF acabou por reconhecer que estava perante uma montanha de erros e que teria de fazer novas listas. Ministro e secretário de estado “enrolam” desculpas esfarrapadas e contraditórias, não assumindo, em toda a sua plenitude, as totais responsabilidades pelo caos. Por erros menos graves outros políticos de outras paragens têm apresentado de imediato os seus pedidos de demissão. Também neste aspecto, os inquilinos da 5 de Outubro mostram a sua fraqueza política.

Já agora, e como perguntar não ofende: não deveria haver alguém que pudesse, pelo menos, instaurar um processo disciplinar ao ministro e ao secretário de estado?

Nestas páginas e na contracapa o leitor (provavelmente “excluído” em 3 de Maio...) encontra um filme dos acontecimentos. Vamos (continuar a) estar atentos! |

FENPROF impõe ao ME novas listas e exige uma auditoria aos concursos

ME não assume prazos

A FENPROF foi recebida no dia 7 de Maio pelo Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Administração Educativa, a quem entregou uma Declaração sobre os Concursos de Professores onde se exigia a elaboração de novas listas provisórias, isentas de erros, a efectiva garantia de que o novo processo de publicação de listas decorra a curto prazo e a realização de uma auditoria externa a todo o processo de concursos, para que se apurem as responsabilidades nos âmbitos político, técnico e financeiro.



Nesta reunião, o ME, finalmente, assumiu:

1. Não há, neste momento, nenhuma lista provisória. A que se conhece está viciada pelo extraordinário número de erros, não tendo qualquer valor, servindo apenas para que sejam compreendidos os erros-tipo cometidos.

2. Como não existem listas provisórias, sairão outras listas que, espera-se, conterão o menor número possível de erros. Tais listas serão elaboradas tendo por base os boletins de concurso apresentados pelos cerca de 120.000 candidatos.

3. Aspecto muito preocupante para a FENPROF é o dos prazos, não tendo o ME assumido qualquer compromisso neste domínio. Apenas informou que até final de Maio, e contrariando anteriores informações, não será possível elaborar tais listas.

A FENPROF manifesta enorme preocu-

pação com as consequências que este grande atraso terá inevitavelmente na preparação, pelas escolas, do próximo ano lectivo e no seu início. Recorda-se que, após esta fase do concurso, existirão ainda outros momentos: o concurso para afectação nos Quadros de Zona Pedagógica e o de Contratação.

4. Por fim, o ME assumiu a auditoria exigida pela FENPROF referindo que serão também assumidas todas as responsabilidades (que para a FENPROF terão de ser de natureza política, técnica e financeira).

A FENPROF considera que estes recuos do ME se devem à acção desenvolvida pelos professores e pela FENPROF em defesa dos seus direitos e da estabilidade das escolas.

A FENPROF continuará a acompanhar de perto todo o processo e a exigir, por razões reforçadas, a demissão de uma equipa ministerial que caiu no descrédito absoluto. |

Declaração do Secretariado Nacional



A FENPROF, reunindo o seu Secretariado Nacional em Lisboa, nos dias 6 e 7 de Maio de 2004, analisou com toda a atenção a situação criada pelo Ministério da Educação em torno do concurso de professores e educadores para o ano lectivo 2004/2005.

O balanço realizado é profundamente negativo, face ao caos instalado com a divulgação de listas provisórias (que já não o são) pejudadas de erros, de vários sentidos e múltiplas incidências, geradores de instabilidade, irritação, angústia e até revolta no conjunto dos professores e educadores portugueses.

A FENPROF confrontou, desde o início deste processo, o Ministério da Educação com as suas responsabilidades, provocando mesmo da sua parte o recuo de considerar as listas provisórias divulgadas em 3 de Maio como simples “instrumentos de trabalho” e a assunção da necessidade de elaboração de outras listas provisórias, com um novo período de reclamações.

No entanto, depois de se conhecerem os verbetes que estão a ser distribuídos aos professores, a dimensão conhecida do verdadeiro universo de erros e de todas as suas implicações, exige da FENPROF a atitude responsável de colocar de novo o Ministério da Educação perante todas as suas responsabilidades, garantindo desde já respostas prontas às seguintes matérias:

- Abertura de um processo de elaboração de novas listas a partir dos instrumentos adequados à sua produção isenta de erros, respeitando os boletins de candidatura entregues pelos docentes;
- Efectiva garantia de que este processo ocorrerá em prazo curto, conciliando o direito à mobilidade anual de todos os docentes com a necessária transparência dos processos que garantem esse direito;
- Realização de uma auditoria externa a este concurso de modo a apurar-se tudo o que com ele se prende, nos âmbitos político, técnico e financeiro.

A entrega de uma Declaração ao Ministério da Educação (ver contracapa), pelo Secretariado Nacional da FENPROF e por um conjunto de professores que se identificam com a intervenção que vem realizando neste domínio, colocam aos responsáveis pela Educação no nosso país a necessidade de agir rapidamente, corrigir todos os erros e assumir todas as responsabilidades que lhes cabem. |



Abaixo-Assinado

Senhor Presidente da República,
Senhor Presidente da Assembleia da República,
Senhor Provedor de Justiça

Os abaixo-assinados, professores, educadores e outros cidadãos particularmente preocupados com a Educação e o Ensino, com a imagem do Estado e com o bom uso dos dinheiros públicos, face ao completo caos que caracteriza o concurso público para a colocação dos docentes para o ano lectivo de 2004-2005, solicitam a Vossas Excelências, a tomada de medidas que conduzam ao cabal e público esclarecimento de responsabilidades, a nível político, técnico e financeiro, pela situação criada.

Fazem-no pelos seguintes motivos:

- O número de candidatos vítimas de erros é extraordinariamente elevado;
- Os erros cometidos são os mais absurdos que se possa imaginar. Apenas como exemplos: milhares de docentes dos quadros foram considerados candidatos a contrato; foram excluídos todos os candidatos das Regiões Autónomas e os que se encontram a exercer no estrangeiro; professores efectivos com dezenas de anos de serviço foram excluídos por falta de habilitações ou considerados sem qualquer dia de serviço; milhares de candidatos não constam das listas...;
- A situação criada gerou um ambiente de perturbação generalizada nas escolas, neste período de final de ano lectivo;
- A inevitável repetição desde o início de todo o processo significa que foram delapidados, por grave incompetência ou negligência grosseira, milhares de euros do erário público;
- Este processo afecta a imagem de credibilidade do Estado e dos serviços públicos.

Conscientes de que este pedido se fundamenta no exercício de uma cidadania empenhada e participativa, os signatários esperam de Vossas Excelências a tomada de medidas com a urgência que a gravidade da situação justifica.

No fecho desta edição do JF continuava a circular em todo o País este abaixo-assinado, que pode também subscrever em www.fenprof.pt

Colégios privados de Coimbra querem estar acima da lei



Os colégios privados de Coimbra, ciclicamente, vêm reclamar para a praça pública por lhes ser reduzido o número de turmas abrangidas pelo contrato de associação. São gananciosos, pois querem tudo e nem reparam que a DREC lhes retira uma turma para que eles possam ficar com as restantes, que são muitas. Mas não lhes chegam... o vício do dinheiro fácil pegou de estaca e agora fazem birra quando têm algum contratempo.

ias” com escolas públicas e que têm contrato de associação, há colégios que, à falta de alunos, os transportam nas suas carrinhas trazendo-os das portas das escolas públicas.

A opção por colégios privados feita por alguns pais nada tem a ver com a qualidade educativa, mas com respostas sociais que nem sempre as escolas públicas podem dar, designadamente ao nível dos transportes e dos tempos livres. E, em Coimbra, não podem também por lhes fazerem falta os quase 3 Milhões de contos que são entregues aos colégios.

Num último esforço de pressão política, têm os empresários de educação alegado o direito de liberdade de escolha dos pais, para justificarem as suas exigências. Não se discute esse direito que alguns exercem, não se pode é querer que ele se transforme no dever de todos os demais o suportarem.

Em relação a esta matéria, a FENPROF e o SPRC continuam a assumir as posições que sempre defenderam e que constam da nossa lei fundamental, a Constituição da República Portuguesa, que obriga o Estado a

criar uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população

Por fim, uma nota para os profissionais docentes que exercem funções no ensino particular e cooperativo e que continuam, em muitos casos, a ser vítimas de um patronato pouco escrupuloso no que concerne ao reconhecimento dos seus direitos.

Nuno Burguete, que presidiu durante três décadas à AEEP (associação patronal dos estabelecimentos privados) considera que o desemprego docente não é preocupação “Porque é que um engenheiro e um advogado podem ficar sem emprego e um professor não?”. E quanto aos direitos, a sua posição é clara ao afirmar, sobre a não aplicação das normas do Estatuto da Carreira Docente aos professores que “Eles estão lá e para trabalhar.” (in, Público, 8 de Maio).

E nós estamos cá para lutar, apetece responder... |

Mário Nogueira
Membro do Secretariado Nacional da FENPROF
Coordenador do SPRC

Maria Lamas: uma mulher do nosso tempo

No fecho desta edição estava tudo a postos para a realização do Congresso “A memória, a obra e o pensamento de Maria Lamas”, marcado para 22 de Maio na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, nos jardins do Palácio de Cristal, no Porto. O próximo “JF” incluirá um apontamento sobre esta oportuna iniciativa do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), de que foi presidente honorária Maria Lamas, escritora, romancista, jornalista, feminista e intelectual de prestígio que participou nos grandes combates pela transformação da sociedade, pela democracia e pela liberdade. |



Luta dos professores obriga ME a adiar reforma da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo

Após um longo período de desinformação, realizou-se, finalmente, o Concurso para o preenchimento de vagas nos Apoios Educativos, que decorreu entre 30 de Abril e 5 de Maio.

A propósito deste Concurso, a FENPROF chama a atenção para estes aspectos:

1. O Concurso para os Apoios Educativos para o Ano Lectivo de 2004/05 realizou-se nos mesmos moldes que nos anos anteriores (ao abrigo do Desp. 105/97), apesar da(s) tentativa(s) do ME de alterar (e adulterar) profundamente a organização da Educação Especial. De facto, a acção dos professores e dos Sindicatos da FENPROF conseguiu impedir a imediata aprovação e entrada em vigor da legislação dita de “Reforma da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo”, que o ME desde há mais de um ano vem preparando, numa insistente tentativa de liquidar as bases fundamentais da Escola Inclusiva. De facto, ao não conseguir implementar desde já o seu projecto de drástica redução do número de alunos alvo das medidas de Educação Especial, o ME sofreu uma importante derrota imediata nos seus intentos de afastar da Escola Pública milhares de alunos com necessidades educativas especiais.

Não significa isto, naturalmente, o abandono por parte do ME da sua contra-reforma legislativa, também nesta área. Mas, não deixa de ser uma derrota para os responsáveis por esta política educativa e uma vitória para os professores, qualquer atraso na aprovação e aplicação de medidas que tão gravemente atentam contra a Escola Pública, de Qualidade, Democrática e Inclusiva, que defendemos.

Como diz o povo: “enquanto o pau vai e vem folgam as costas”. O que é ainda mais verdade para a FENPROF e para os professores que, enquanto “folgam as costas”, não deixam de lutar.

2. A FENPROF denuncia e lamenta que num país onde o desemprego docente atinge mais de trinta mil professores, ainda não tenha sido desta vez que o ME tenha posto a concurso um número de vagas que dotasse as Escolas/Agrupamentos dos recursos docentes necessários a uma efectiva resposta de qualidade às necessidades (gerais e especiais) de todos os seus alunos. O que se torna ainda mais incompreensível perante a alarmante taxa de insucesso e abandono escolar no nosso

Sistema Educativo e que o ME também diz pretender combater. O insucesso e abandono escolar combatem-se, a nosso ver, com medidas concretas de apoio aos alunos (que exigem, naturalmente, uma grande aposta nos recursos docentes) e não com programas abstractos, de inequívocos contornos propagandísticos, como aquele que o ME recentemente anunciou (Programa “eu não desisto”).

Assim, vamos continuar a ter professores e educadores a dar apoio a um grande número de Escolas, Escolas e alunos sem apoios ou com apoios insuficientes, turmas demasiado grandes, taxas elevadas de insucesso e abandono escolar.

3. Lamenta-se também o curto período de tempo previsto para a realização deste Con-

curso (quatro dias úteis), que pode ter efeitos negativos no preenchimento destas vagas. Será que o ME está à espera que muitas vagas fiquem por preencher para, assim, justificar, no futuro, os cortes drásticos que está a preparar nos Apoios Educativos/Educação Especial?...

4. Finalmente, reclamam-se medidas concretas de apoio à formação dos muitos professores sem qualquer formação especializada na área da Educação Especial que, através deste Concurso, venham a ser colocados nos Apoios Educativos. Para que não se repitam, como em anos anteriores, as situações de desorientação de muitos professores, quando confrontados com realidades para as quais o ME não garantiu meios e condições de formação. |



Reunião nacional Comissões de Professores Contratados e Desempregados

O VIII Congresso da FENPROF aprovou na sua Resolução de Acção Reivindicativa um conjunto de linhas orientadoras e de iniciativas a desenvolver no âmbito da luta contra o desemprego e pela estabilidade da profissão docente.

No sentido de debater as formas de operacionalizar estas iniciativas e de coordenar e articular o trabalho nesta frente no plano da FENPROF realizou-se no passado dia 21 de Abril, em Coimbra, uma reunião nacional das Comissões de Professores Contratados e Desempregados.

A reunião contou com a presença de 45 professores, que, na sua esmagadora maioria, integram Comissões de Contratados e Desempregados de âmbito distrital ou regional que desenvolvem a sua acção no âmbito dos vários Sindicatos da Federação o que, só por si, demonstra o salto qualitativo que tem sido dado no plano organizativo nesta área de trabalho sindical.

O dia da reunião coincidiu com a visita de uma delegação governamental que integrava o Primeiro Ministro, Ministro da Educação e outros, a Miranda do Corvo, o que justificou a realização de uma acção de sensibilização da opinião pública para o problema do (des)emprego docente, na qual participaram dirigentes sindicais e membros da Comissão de Contratados que entregaram um documento ao Primeiro Ministro com as principais reivindicações neste âmbito.

A reunião propriamente dita iniciou-se com um debate em torno das formas de funcionamento desta frente no plano nacional, tendo-se concluído que se torna necessário imprimir alguma regularidade às reuniões nacionais de Comissões, que se sugeriu pudessem ser trimestrais e que é essencial que os sindicatos continuem a apostar na dinamização das comissões de carácter regional ou distrital e na criação das redes alargadas de docentes nesta situação, até como forma de combater alguma falta de envolvimento dos docentes contratados e desempregados nas diversas vertentes do trabalho sindical.

Em seguida, foram discutidas as diversas iniciativas a levar a cabo até ao final deste ano lectivo e que resultam, no essencial, de Resolução da Acção Reivindicativa aprovada no VIII Congresso da FENPROF.



Petição à Assembleia da República

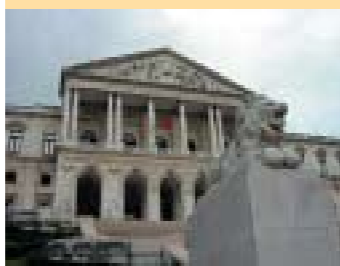
Foi vista a necessidade de se incentivar a recolha de assinaturas da petição à AR ("As escolas precisam de mais professores"), de forma a ultrapassar largamente o número mínimo necessário para a discussão na Assembleia da República.

Foi igualmente sugerido que a entrega das assinaturas deveria ser acompanhada de uma acção pública, a definir posteriormente.

Feiras de desemprego

Estas iniciativas têm todas as condições para se realizar com forte impacto público, tendo sido proposto que fossem acompanhadas de material a produzir especificamente para a sua realização – uma estrutura que poderá servir de cenário, um postal para a população assinar,

Petição à assembleia da República



Encontra-se em circulação pelas escolas de todo o país uma Petição que, sob o título —“**As escolas precisam de mais professores**”, pretende recolher as assinaturas necessárias para que se discuta no Plenário da Assembleia da República a adopção de medidas que, respondendo à necessidade de valorização da Escola Pública e de elevação das qualificações dos Professores, contribuam para a implementação de políticas activas de emprego. Esta Petição, que identifica algumas dessas medidas, já foi assinada por alguns milhares de docentes, mas

o objectivo é que ultrapasse largamente o número mínimo necessário que obriga à sua discussão na Assembleia da República.

Por isso, é fundamental um grande empenhamento para que o número final de assinaturas se traduza num sinal claro de rejeição das teses do Governo de que o sistema tem os professores e educadores de que necessita e de afirmação de que as mudanças a operar na Educação exigem o contributo de muitos mais docentes.

O Secretariado Nacional da FENPROF definiu o dia 28 de Maio como data limite para a recolha das assinaturas para esta Petição, tendo apontado o dia 31 de Maio como data para a sua entrega na Assembleia da República, no âmbito de uma acção pública com contornos a definir. |

música apropriada.

É evidente que, sendo esta a componente comum a todas as feiras do desemprego, ficará ao critério e à criatividade das várias comissões a definição de outros aspectos a realizar neste âmbito.

Concerto pelo Emprego

Do debate ressaltou a ideia de se realizar um concerto junto do ME, se possível recorrendo a professores contratados e desempregados, sendo que se concluiu ser necessário trabalhar esta ideia.

Outras propostas

No que diz respeito a outras acções, foram ainda debatidas algumas propostas oriundas da discussão nos Sindicatos nomeadamente a possibilidade de criação de um website destinado aos professores mais jovens e de uma imagem uniforme para toda a informação destinada aos contratados, o que permitiria aos professores uma identificação directa com a informação que lhes é dirigida mais especificamente.

Foi ainda consensual a ideia de, na medida do possível, aproveitar os jogos do Euro 2004 para entregar folhetos (em várias línguas) à população chamando a atenção para os problemas estruturais do sistema educativo português e, em contraponto, para a realidade brutal do desemprego e precariedade docentes. |

Contratação de professores e educadores

A luta dos professores contratados e desempregados obriga governo a recuar!

O Ministério da Educação apresentou uma proposta de alteração ao regime legal em vigor para a contratação de docentes. Tratava-se de um projecto de Portaria que se traduzia num absoluto retrocesso em matéria de direitos, pois agravava a situação profissional e a estabilidade de emprego e pessoal dos professores e educadores envolvidos e correspondia ao agravamento, também, de algumas das medidas já consagradas no Código de Trabalho para o conjunto dos trabalhadores.

Como foi do conhecimento de todos e do envolvimento de muitos, a FENPROF e os seus Sindicatos desencadearam uma forte ofensiva contra este projecto do ME e, através da mobilização dos docentes contratados e desempregados, obrigaram o Ministério da Educação a reconhecer a justeza das suas reivindicações.

Em reunião realizada no dia 11 de Maio, com o Secretário de Estado da Administração Educativa, este foi obrigado a recuar nas suas pretensões.

A FENPROF garantiu, assim, a manutenção de direitos consagrados no quadro legal actualmente em vigor.

O Ministério da Educação recuou nos seguintes aspectos:

- Os contratos não podem ser celebrados por períodos inferiores a 30 dias. O projecto previa a possibilidade de duração de um contrato por 5 ou menos dias;

- Os contratos para substituição temporária vigoram até ao terceiro dia útil após a apresentação do respectivo titular. O projecto previa que fosse até ao segundo dia útil;

- Nos contratos de substituição, mantém-se a prorrogação do contrato até 31 de Agosto quando o titular do lugar regressa após 31 de Maio. No projecto anterior, o contrato não poderia vigorar para além do termo das actividades lectivas (incluindo avaliações), independentemente da data de apresentação do respectivo titular; os professores contratados deixariam, nestas circunstâncias, de receber durante as férias;

- Fica garantido que, nos casos de contrato de substituição temporária em que o titular do lugar se apresente no decurso dos trabalhos de avaliação ou durante os 15 dias imediatamente anteriores, o contrato vigore até à sua conclusão. No anterior projecto o prazo era de 10 dias úteis;



- O professor contratado só será impossibilitado de exercer nesse ano escolar e no seguinte, por incumprimento do contrato, desde que os motivos lhe sejam imputáveis;

- Na reunião com o ME, garantiu-se, também, que o regime de faltas dos professores contratados será o que se encontra previsto nos termos da lei geral.

Questões, ainda, por resolver:

- Que em caso de licença de maternidade, haja a garantia de que o contrato será considerado prolongado até ao termo do uso desse direito;

- Que os contratos celebrados por período inferior a 1 ano escolar podem ser renovados até ao termo do ano escolar sob proposta do órgão de gestão respectivo.

O Ministério da Educação comprometeu-se a enviar uma nova versão do projecto, com a inclusão das propostas feitas pela FENPROF, sendo de admitir a realização de uma nova reunião, caso as mesmas não estejam devidamente consideradas.

A FENPROF exorta todos os professores e educadores a manter-se atentos e disponíveis para a acção e a luta, pelo direito ao emprego e à estabilidade profissional.

Neste quadro, mantém-se agendadas todas as acções nacionais decididas pelo Secretariado Nacional da FENPROF.

VALE A PENA LUTAR!

Cartas Educativas

Acentuados cepticismo e preocupação

Debaixo do grande “chapéu” da chamada descentralização administrativa (muitas vezes bafienta, burocrática e ineficaz) o governo fez publicar DL nº 7/2003, de 15 de Janeiro, tendo por objecto a transferência de mais competências na área da educação para as autarquias. No entanto, passados os prazos que a própria lei determina, todos aqueles que têm andado preocupados com a necessidade de introduzir alterações profundas nas redes de estabelecimentos de educação e de ensino encaram as demoras e hesitações de autarquias e do governo com cepticismo e preocupação.



As “novas” competências - complementares a outras já existentes - centram-se, sobretudo, nos domínios da coordenação e articulação da política educativa com outras políticas sociais, do ordenamento da rede de ofertas de educação e ensino, do investimento na construção, do apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico e na gestão de pessoal não docente. Este diploma cria os Conselhos Municipais de Educação [CME] de carácter obrigatório, em substituição dos facultativos Conselhos Locais de Educação; trata-se de um órgão com funções consultivas (coordenação, apreciação, acompanhamento e consulta) e cuja composição mereceu sérios reparos por parte da FENPROF.

Passado mais de um ano sobre a publicação do DL nº 7/2003, o cepticismo e a preocupação acentua-se: a grande parte dos CME¹ ainda não se constituíram formalmente, um pequeno

número apenas reuniu para tomar posse e muito poucos estão já em fase de trabalho.

Para a FENPROF, este panorama revela bem, em primeira instância, a pouca importância que as autarquias e o ME, através das suas direcções regionais dão aos CME e às “novas” competências de âmbito educativo.

Este atraso na constituição e funcionamento dos CME, condicionará profundamente a aprovação das Cartas Educativas² previstas também no DL nº 7/2003, que pretendem ser, a nível municipal, “o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho,... no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município”, uma vez que compete a este órgão discuti-las e apreciá-las antes de serem aprovadas.

Sendo a elaboração da carta educativa da competência da câmara municipal,

é necessário, antes de qualquer proposta de reordenamento da rede educativa, elaborar um estudo exaustivo dos recursos existentes e avaliar as suas capacidades e potencialidades de adaptação, numa visão prospectiva, correlacionando-os com toda a problemática dos programas, currículos e métodos pedagógicos que condicionam a programação dos edifícios escolares, dos espaços educativos e de formação.

Algumas autarquias optaram por protocolar com instituições do ensino superior — veja-se o caso da Universidade de Coimbra através do seu Centro de Estudos Geográficos — que estão já a elaborar estudos técnicos sobre vários concelhos, com incidência na caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, fazendo, naturalmente, também parte as projecções de desenvolvimento e propostas de intervenção

relativamente à rede pública.

Terminado este estudo técnico prévio, importa chamar a devida atenção, a todos, em especial para os representantes dos docentes nos CME's, para o facto de este, por si só, não se poder constituir em Carta Educativa.

Este estudo estatístico de caracterização e prospecção deve ser, em primeiro lugar, objecto de discussão pública na comunidade educativa e tomado como referência para a elaboração dos instrumentos que a vão tornar, como é denominado por alguns, “no PDM da Educação”.

Num momento em que a rede escolar, nomeadamente no 1º CEB — através da aplicação do PER EB1 — e no ensino secundário, está a sofrer remodelações assentes, sobretudo, em critérios que visam a redução de custos e não asseguram o aumento efectivo da qualidade dos espaços de construção das aprendizagens a par das transformações que irão decorrer da aplicação da nova LBE, a carta educativa pode e deve ser um instrumento de defesa intransigente de um sistema educativo público e de qualidade. As decisões neste domínio são sobretudo políticas (no sentido económico, social e de desenvolvimento), embora, as opções políticas devam também ser tomadas na posse de elementos técnicos. A discussão e clarificação, por parte dos diversos intervenientes, da aplicação das orientações da política educativa a tomar devem ter em conta os critérios de planeamento, a exequibilidade técnica (recursos humanos, tecnológicos, físicos, organizacionais, etc), a viabilidade financeira e social, viabilidade institucional e os mecanismos de financiamento.

Assim, justifica-se a intervenção (participando na discussão e na elaboração de propostas) das juntas de freguesia, colectividades, escolas, professores, cidadãos em geral; e, depois do parecer do Conselho Municipal de Educação, é à Assembleia Municipal que cabe decidir e aprovar sobre a malha de estabelecimentos de educação e ensino de que se necessita, sobre tipologias de estabelecimentos de educação e ensino a reconverter ou construir de novo, calendarização de acções e por fim a orçamentação e planeamento do investimento. A própria legislação, no ponto 2 do seu artigo 18º faz referência aos aspectos referidos:

“2- A carta educativa é instruída com os seguintes elementos:

a) Relatório que mencione as principais medidas a adoptar e a sua justificação”

b) Programa de execução, com calendarização da concretização das medidas constantes do relatório;

c) Plano de financiamento, com estimativa do custo das realizações propostas e com a menção das fontes de financiamento e das entidades responsáveis pela sua execução”

A aposta educativa ganha-se ou perde-se no domínio das opções políticas. A FENPROF apela à participação activa dos professores através dos seus representantes nos CME, que deve transformar-se num valioso contributo para a defesa da Escola Pública. Não podemos

deixar escapar a oportunidade, conquistada pelos docentes, de cooperar construtivamente nas opções educativas que se decidem a nível do micro ou do macro-sistema educativo. I

Helena Arcanjo
Membro do Conselho Nacional

¹“As câmaras municipais devem adoptar as providências necessárias à criação e início de funcionamento dos concelhos municipais de educação no prazo de 90 dias a contar da entrada em vigor do presente diploma” [ponto 1, artigo 23º, DL 7/2003]

²“As cartas educativas devem ser aprovadas e ratificadas no prazo de um ano a contar da data da entrada em vigor do presente diploma” [ponto 2, do artigo 24º, DL 7/2003]

O “PDM” da Educação

Uma Carta Educativa, para o ser, precisa de:

a) um plano de trabalho que defina, identifique e valide com clareza os intervenientes, as metodologias, os conteúdos e calendário para a sua elaboração;

b) Análise da realidade sócio-educativa e a sua contextualização para a elaboração do diagnóstico que estratégico, através de estudos diversos: caracterização sócio-económica através da análise demográfica, das actividades económicas e a sua localização e a hierarquização dos aglomerados; caracterização e evolução do sistema educativo através da análise da frequência escolar e a sua distribuição espacial e da oferta de educação, ensino e formação existentes; análise da rede educativa a nível quantitativa (oferta pública e privada, taxa(s) de ocupação, de cobertura e de escolarização...), e qualitativa (qualidade dos espaços escolares, distribuição da rede escolar...); desenvolvimento do sistema educativo local ;

c) formulação de propostas que terão como pontos chave a definição das opções e objectivos, programas com medidas, acções e projectos previstos, programação financeira, a articulação institucional e a monitorização.

1º de Maio

Ninguém pode ficar indiferente!

Não hesitamos em repudiar e assumir o confronto face à política desastrosa do Governo PSD/PP, afirmando a nossa forte oposição:

- À escandalosa destruição da estrutura produtiva e à subserviência do Governo face ao grande capital, nacional e internacional — de que o caso da Bombardier (ex-Sorefame) é paradigmático;
- À acção privatizadora do Governo de serviços públicos básicos; bem como a venda ao desbarato de importantes empresas públicas;
- Ao ataque às funções e papel do Estado e a direitos fundamentais e inalienáveis como são os da Segurança Social, Saúde e Educação;
- À aposta do Governo na utilização da concertação social como instrumento de legitimação da sua política de ataque aos direitos dos trabalhadores, como pretende ao propor a fraude monumental que constitui o denominado “Contrato Social para a Competitividade e o Emprego”;
- À progressão da fraude e a evasão fiscais por parte dos patrões, ao mesmo tempo que se sobrecarregam de impostos os trabalhadores;
- À morosidade do funcionamento dos tribunais e ao aumento brutal das custas judiciais, que condicionam o acesso à justiça dos cidadãos com menos recursos.

Uma das expressões mais gravosas desta política é sem dúvida o Código de Trabalho e sua regulamentação, inseridos no objectivo governamental e patronal de desregulamentar e precarizar ainda mais o trabalho, atacar os direitos dos trabalhadores e a contratação colectiva, bem como a sua acção organizada e os seus sindicatos.

O Governo insiste numa hipotética retoma económica, que quanto mais é anunciada mais tarda em aparecer.

Pelo contrário, a sua política promove o contínuo aumento do desemprego e do trabalho precário.

Ninguém pode ficar indiferente ao facto do desemprego nos distritos de Lisboa e Setúbal atingir cerca de 141 mil trabalhadores. Isto é, entre Março de 2003 e Março de 2004, todos os dias houve mais 22 trabalhadores que foram empurrados para o desemprego.

O mesmo se passa com a precariedade que já atinge 24% dos trabalhadores por conta de outrem na Região de Lisboa e Vale do Tejo;

E com as dívidas aos trabalhadores que perderam os postos de trabalho em resultado do encerramento das empresas e que neste momento ultrapassam em muito os 100 milhões de Euros.

Esta é uma política que não tem pejo em sacrificar as funções sociais do Estado, o investimento público, os trabalhadores, os salários reais e em aumentar o custo de vida, em prol de uma cega obsessão pelo cumprimento do inaceitável Pacto de Estabilidade.

Por tudo isto dizemos: **é precisa outra política, é preciso outro Governo! I**

Da Resolução aprovada nas jornadas do 1º de Maio promovidas em todo o País pela CGTP-IN e nas quais participaram também milhares de educadores e professores

Gestão das escolas

Tempo de votar e de afirmar que não há processos irreversíveis

Estamos na recta final da aprovação, na Assembleia da República, da nova Lei de Bases da Educação. Segundo o que tem vindo a público, a nova Lei será aprovada apenas com os votos dos partidos que apoiam o Governo – situação inaceitável porque uma lei quadro numa área de importância estratégica para o desenvolvimento do país necessita de um amplo consenso político e social, conseguido com a actual Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86), que é agora substituída sem ter sido avaliada, como, de resto, é costume acontecer em Portugal.

Sabemos também que não foi possível um acordo parlamentar com o PS porque “O PS fez depender o seu acordo de duas regras muito claras, sobre a direcção executiva das escolas – ser assumida por docentes e ser o seu processo de designação organizado por cada escola. O Governo não aceitou nenhuma dessas regras”.¹

Tudo indica, portanto, que estamos prestes a ser presenteados por uma Lei que acaba com a eleição democrática dos órgãos de gestão e que põe definitivamente em causa a autonomia das escolas.

Mas se se pode considerar que tudo isto era esperado desde que o Governo tomou posse, não deixa de ser curioso que, por força do atraso verificado na aprovação da nova Lei de Bases da Educação, estejam a decorrer este mês processos de eleição de Conselhos Executivos para os próximos três anos. É certo que não há garantias de que os eleitos possam exercer os seus mandatos até ao fim, uma vez que os responsáveis da administração educativa já nos mostraram no final do ano lectivo passado que, se for do seu interesse acabar com os mandatos, não há princípio de funcionamento democrático

das escolas, mesmo que claramente consagrado em lei, que os impeça de o fazer. No entanto, se fosse esse o cenário, o governo ficaria com o ónus político da arbitrariedade de tal decisão.

É num contexto que está longe de ser animador que a FENPROF enviou para as escolas um conjunto de materiais, a apelar aos professores para que não se demitam de nenhum dos seus direitos e participem na eleição dos órgãos de direcção e gestão da sua escola/agrupamento.

Porque, ao fazê-lo, estão a afirmar a importância da elegibilidade e da colegialidade na direcção e gestão das escolas, da prevalência de critérios de natureza pedagógica sobre quaisquer outros na administração escolar e da participação dos diversos intervenientes na vida

da escola na escolha dos seus representantes.

Porque, ao fazê-lo, estão também a recusar a criação da carreira de gestor escolar, a abertura da gestão das escolas a não professores, a selecção por concurso ou a nomeação de gestores profissionais.

Estão, enfim, a assumir a defesa de duas das mais antigas reivindicações dos professores ao longo de toda a sua história: a recusa da nomeação dos reitores e a defesa de mais amplos poderes para os conselhos escolares.

O Governo pode aprovar a sua Lei de Bases da Educa-

ção. Mas os Governos mudam e nós continuamos cá. E não há processos irreversíveis. **I**

¹ Augusto Santos Silva, *Expresso*, 24/04/2004

Manuela Mendonça

Membro do Secretariado Nacional da FENPROF



ALGUÉM MENTIU!

Esta é a acusação lançada pelos deputados da oposição sobre o Ministério da Educação. Mais propriamente sobre David Justino e Abílio Morgado. Esta afirmação foi proferida por Luisa Mesquita, deputada comunista, depois de conhecida a denúncia da FENPROF de que um grande número de agrupamentos terá sido constituído de modo ilegal, por não respeitarem a opinião das autarquias. É que Justino e Morgado fizeram questão de afirmar na Comissão, há mais de meio ano, que nenhum agrupamento seria constituído sem o parecer favorável dos municípios.

Mas se as Câmaras vêm, agora, afirmar que este princípio não foi respeitado (ver JF - Fevereiro/2004), alguém está a mentir!...

COM TRÊS PERGUNTAS APENAS...

Escolas em meio rural Encerramento ditado por factores administrativos e financeiros, e não pedagógicos



Rui Pedro Silva tem 38 anos. Professor do 1º Ciclo do Ensino Básico (1ºCEB), com 15 anos de serviço quase exclusivamente cumpridos em escolas de meio rural, está afecto à EB1 de Igreja-Ribeira (Ponte de Lima). Dirigente do SPN, é coordenador da Área Sindical de Viana do Castelo.

É possível definir, num quadro global, a situação actual das escolas do 1ºCEB em meio rural? Quais são os problemas específicos dessas escolas de pequena dimensão?

Rui Pedro: De acordo com dados do corrente ano lectivo (Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação), a situação actual é a seguinte: na região Norte, Bragança tem 70,3% de escolas com um número igual ou inferior a dez alunos, Vila Real 57,3% e Viana do Castelo 29%; na região Centro, Guarda 58,3%, Viseu 38,2% e Castelo Branco 36,6%; e na região Sul, Beja 39,8% e Portalegre 33,3%. Distritos, de Norte a Sul, predominantemente do interior. Em suma, 26% do parque escolar nacional do 1ºCEB.

Os problemas específicos dessas escolas são vários. Para as crianças, a escassez de recursos, experiências e contactos propor-

cionados reflecte-se no sucesso escolar, nos processos de socialização e autonomização. Para as famílias, o isolamento e a desertificação dificultam a rentabilização e valorização dos saberes locais. No que aos professores diz respeito, a carência de recursos materiais, consequência da reduzida população escolar e da escassez de recursos dos órgãos do poder local; o isolamento profissional (agravado pelo facto de, na maioria dessas escolas, os lugares serem ocupados por docentes com pouco tempo de serviço), que impede o acesso a iniciativas de formação e a implementação de práticas inovadoras e projectos de equipa, e tem, também, profundos reflexos na estabilidade pessoal e familiar; registre-se, ainda, a dificuldade em gerir turmas heterogéneas no que às idades e níveis de escolaridade diz respeito.

Em que medida o reordenamento da rede escolar pode afectar as comunidades rurais onde essas escolas sejam encerradas?

R.P.: Para responder a esta questão, penso que é importante contextualizá-la, pois é fundamental que se tenha consciência de que este processo tem raízes bem profundas.

De facto, durante as décadas de 50/60, utilizaram-se concepções de desenvolvimento — em que este era sinónimo de crescimento económico — fortemente direccionadas para o desenvolvimento da indústria e que relegaram o mundo rural para um papel secundário. Com a diminuição da actividade agrícola, assistiu-se à desintegração económica, social, cultural e ambiental do meio rural. O forte declínio da população nas áreas menos industrializadas teve, também, naturais consequências na população escolar do 1ºCEB. Concluindo, o isolamento geográfico, social e cultural das zonas rurais, as perdas demográficas, a ausência de perspectivas de emprego, o encerramento de serviços públicos, como as escolas ou os postos de correio, são factores associados a processos de perdas de identidade, de descrença, de fatalismo e de baixa auto-estima colectiva.

Uma nota ainda para o seguinte: quando se fala de reordenamento da rede escolar (entenda-se suspensão do funcionamento das pequenas escolas), deve ter-se em conta que legislação de 1988 já previa essa situação; contudo, o seu encerramento só tem sido efectuado em situações-limite, ditadas por factores eminentemente administrativos e financeiros, e não de ordem pedagógica ou endógena às escolas,

tal como comprova o recente Programa Especial de Reordenamento da Rede de Escolas, apresentado pelo ministério para o Alentejo e Algarve e, posteriormente, alargado a outras regiões do país.

As pequenas escolas em meios rurais podem/devem assumir-se como centros de recursos para as comunidades onde estão implantadas? Afirmar essas escolas como pólos de desenvolvimento local é uma utopia ou reflecte uma verdadeira potencialidade? Sendo assim, é possível definir os educadores/professores como agentes de desenvolvimento local?

R.P.: Pelas suas características muito próprias — do contacto estreito com o meio envolvente, ao tamanho dos grupos e à proximidade (material, relacional, pedagógica) —, as pequenas escolas em meio rural reúnem condições que, quando devidamente rentabilizadas, e com a imprescindível mobilização activa dos agentes educativos comunitários, permitem a sua assunção como centro de recursos de toda a comunidade local. Por exemplo, com a criação de espaços educativos de usufruto comunitário, ou a reconfiguração dos próprios espaços educativos.

Mas as escolas devem funcionar, principalmente, como espaço de participação cidadã, em que crianças, professores, famílias e comunidades são actores do seu próprio desenvolvimento. E se a Escola rural pode tornar-se um “extraordinário laboratório pedagógico” de construção de alternativas educativas e culturais, o papel dos educadores/professores é determinante para que novas ruralidades e novas competitividades para os bens do meio rural sejam criadas, aproveitando os contextos próximos existentes e pondo em sinergia crianças, Escola e comunidade.

Ou seja, uma “Escola sem muros” pode/deve concorrer para o intercâmbio intergeracional e para uma concepção de Mundo de verdadeira cidadania, com crianças enraizadas e autónomas, com capacidade de intervenção e potencialidade de protagonismo na própria mudança social. Se os educadores e professores adoptarem esta linha de actuação, estarão a agir como agentes de desenvolvimento local e a potenciar as suas escolas como pólos de desenvolvimento local. **I**

António Baldaia



No decorrer dos trabalhos do oitavo Congresso Nacional de Professores, realizado nos dias 17, 18 e 19 de Março, no Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz, a reportagem do "JF" dialogou com vários elementos das delegações estrangeiras. Nesta edição, deixamos os depoimentos de **Wellington Teixeira Gomes**, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), do Brasil, e de **Nicolau Furtado**, Presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Professores (SINDEP) de Cabo Verde. Nos próximos números continuaremos a publicação dos depoimentos.

À conversa com delegações estrangeiras



Convidados estrangeiros do 8º Congresso Nacional de Professores numa visita cultural

BRASIL O ensino privado e a preocupação do lucro *Wellington Gomes (CONTEE)*

Este é um Congresso que mobiliza o interesse dos participantes, com o aprofundamento de uma série de temas importantes para quem trabalha na Educação. Por exemplo, o **ensino privado**, matéria que me interessa especialmente porque faço parte de uma organização que reúne exclusivamente docentes do ensino privado (sector que cresceu de forma significativa no Brasil), é abordada de forma muito interessante neste Congresso, na linha do que já tinha acontecido em Braga e em Lisboa, nos Congressos anteriores da FENPROF, em que também tive oportunidade de participar.

Em vários países tem-se assistido a um crescimento sem regulamentação do ensino privado, a par de uma desvalorização do ensino público, aquilo que no Brasil apelidamos de "socateamento" da educação pública. O Estado vai abandonando cada vez mais a escola pública, ficando aí um ensino de segunda. Sofrem os alunos, os professores e a população. Enfim,

são as consequências do neoliberalismo.

Lembro ainda que a situação de instabilidade profissional e de desemprego dos docentes provoca uma diminuição acentuada dos salários no sector privado.

Com algumas excepções, a qualidade do ensino no sector privado no Brasil deixa muito a desejar. A grande preocupação é o lucro. Até se divulgam estudos que apontam que nos próximos 20 anos, no Brasil, o melhor sector para a acumulação rápida do capital é o ensino privado! Muitas empresas e investidores estão já a mexer-se nesse sentido, nomeadamente no ensino superior.

Apesar de representarmos exclusivamente trabalhadores da educação do sector privado, defendemos que dinheiros públicos devem ser investidos na escola pública e daí estar a decorrer no Brasil uma grande campanha nacional nesse sentido, com múltiplos apoios e iniciativas de debate, de reflexão e de mobilização dos cidadãos, campanha essa que tem sido abordada na vossa imprensa.

Pensamos também que se deve continuar a luta pela dignificação do trabalho no ensino privado, exigindo melhores salários e melhores

condições para os docentes e para os restantes trabalhadores. Da mesma forma que pensamos que o Estado não deve sustentar a escola privada, também pensamos que não devemos ser nós, trabalhadores das escolas privadas, a sustentar o ensino privado, com salários de miséria e más condições de trabalho. As nossas lutas têm tido êxitos e não cruzamos os braços.

CABO VERDE Estatuto dos Professores aprovado *Nicolau Furtado (SINDEP)*

Apresentámos ao Ministério da Educação de Cabo Verde uma proposta, melhorando a situação dos docentes, para o **novo Estatuto dos Professores**, entretanto aprovado pela Assembleia Nacional e pelo Conselho de Ministros. Desse Estatuto faz parte um conjunto de reivindicações, nomeadamente o direito à assistência médica dos professores, o que acontece pela primeira vez na história do nosso país; o aumento do período de férias, passando de 22 para 33 dias úteis; o direito à aposentação com 32 anos de serviço ou com 55 anos de idade (o que é um avanço significativo, embora a nossa luta seja pela obtenção do direito à reforma com 30 anos de serviço) e ainda a colocação em comissão de serviço dos professores com contratos definitivos, para formação no país ou no estrangeiro. Registam-se também algumas melhorias em termos salariais.

As relações de cooperação que temos com a FENPROF e com o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) têm contribuído para o reforço da nossa experiência, uma vez que são organizações com história, com capacidade, com intervenção e com provas dadas na luta em defesa dos interesses dos professores e do ensino em Portugal.

Temos recolhido muitos conhecimentos ao longo deste relacionamento com a FENPROF e os seus sindicatos e estamos a dinamizar, no âmbito da nossa actividade pela defesa dos direitos dos docentes, algumas experiências que partilhámos nesses contactos possibilitados pela solidariedade dos professores portugueses através da sua organização mais representativa, a FENPROF. |

*Fernando Vicente
e José Paulo Oliveira*

Carvalho da Silva na sessão de encerramento: "Lutem pelo vosso Estatuto profissional, porque isso é uma mais-valia para o País"

A FENPROF é um orgulho dos professores portugueses, realçou Manuel Carvalho da Silva, intervindo na sessão de encerramento do 8º Congresso Nacional de Professores, em Março passado, na Figueira da Foz. Acrescentou o secretário-geral da CGTP- IN:

"O facto de a maioria dos Sindicatos que são membros desta Federação serem hoje filiados na CGTP é também, para nós, CGTP no seu conjunto, motivo de alegria e de muito orgulho. Para este enorme colectivo, para esta enorme força dos trabalhadores portugueses, a presença desses Sindicatos é uma mais valia para a luta geral dos trabalhadores portugueses (...). É agora possível introduzir na reflexão do conjunto dos sindicatos, com mais profundidade, a temática da educação e do ensino. E esse é também o nosso compromisso: dar continuidade a acções como a recente **Marcha Nacional pela Educação** e outras iniciativas, com impacto na sociedade portuguesa, que venhamos a articular, em conjunto, no futuro, dando sequência às orientações deste 8º Congresso da FENPROF e do 10º Congresso da CGTP-IN."

Ao destacar "a objectividade das vossas reivindicações e as decisões para a acção aqui tomadas", Carvalho da Silva saudou "a perspectiva estratégica, que aqui foi sublinhada, do papel da Escola no processo de desenvolvimento do País. Saudamos também as preocupações, a reflexão realizada sobre o trabalho de organização para que os sindicatos sejam instituições verdadeiramente participadas e impulsionadoras da dinâmica social."

Mais adiante afirmou:

"Nós partilhamos convosco a perspectiva



de que a Escola não é apenas um lugar de aprendizagem, mas também um espaço de socialização."

"A Escola tem que reflectir a preocupação pela vida activa, pelo trabalho, para que, nos dias de hoje, não se agudize a atitude social marcada por esta opção neoliberal, de desprezo pelos trabalhadores; para que os portugueses não aceitem a política de baixos salários, uma política que cilindra direitos individuais e colectivos", declarou noutra passagem.

Carvalho da Silva recordou que "na sociedade actual é imprescindível a valorização do trabalho e a dignificação dos trabalhadores", sublinhando logo de seguida: "Isto tem que ser feito em pleno e desde logo na Escola, nas condições concretas dos professores. Por isso, associamo-nos às vossas decisões e dizemos: lutem pelas vossas carreiras profissionais, lutem pelo vosso Estatuto profissional, porque isso é uma mais-valia para o País, não é uma questão de egoísmo, é uma necessidade imperiosa para a nossa sociedade. Lutem contra as



injustiças. Lutem pela vossa dignidade, que é também um desafio de todos os trabalhadores portugueses.”

“Para além de muito mal pagos em Portugal, na generalidade, somos também muito mal tratados”, referiu Carvalho da Silva.

“Qualquer *bicho-careta*, desculpem-me a expressão, sente o direito de se pronunciar sobre tudo e mais alguma coisa acerca dos trabalhadores e dizer os maiores disparates, atingindo a dignidade de quem trabalha, de quem, pelo trabalho, tem uma experiência e um saber adquirido, que pede meças a muitos *os inteligentes* que, às vezes, dão palpites ligeiros sobre a vida das pessoas”, observou.

Um bem universal

“Estamos convosco na análise da necessidade de uma estratégia de educação ao longo da vida e das grandes vertentes que são colocadas para a obtenção deste objectivo”, garantiu o dirigente da CGTP-IN, que comentaria ainda:

“Entretanto, o vosso Congresso põe em evidência também que a Escola não é, não pode ser apenas um instrumento de socialização para o trabalho. É muito mais do que isso. A Educação é hoje um bem universal, mas tornou-se ainda um direito individual de que não podemos abdicar. Pais, encarregados de educação, professores, actores sociais, individuais e colectivos, têm, pois, a responsabilidade, de agir para a concretização desse direito que jamais se efectivará se não for garantida a existência de uma Escola Pública em que o Estado, que expressa a responsabilidade colectiva, assegure o seu funcionamento com dignidade, como aqui foi referido em numerosas intervenções neste magnífico Congresso.”

Carvalho da Silva sublinhou ainda:

“A reflexão sobre o Estado e serviço público é um debate necessário na sociedade portuguesa, para o qual estamos preparados para avançar em profundidade. Esse debate tem que ser feito à luz das conquistas alcançadas, à luz da garantia dos direitos individuais e não numa visão contabilística que



suporta as propostas do Governo em relação à Lei de Bases da Educação e também às chamadas “reformas” da Administração. Quer umas, quer outras propostas deste Governo, neste plano, só têm um destino: o caixote do lixo.”

Custo de vida: no limite para milhares de portugueses

Referindo-se às políticas PSD/PP, o dirigente da Central salientou:

“Este Governo é um desastre, é um perigo para a sociedade portuguesa e não exageramos nesta caracterização. É um desastre não porque os seus membros sejam todos uma cambada de incompetentes. Nós sabemos que há muita gente que está no Poder, dos níveis mais altos aos intermédios, que está lá colocado não por quaisquer referências de competência. Isso é um facto. Mas há gente competente, também. Só que estão a usar a sua competência não ao serviço daquilo que são as exigências de um desenvolvimento da sociedade portuguesa de forma equilibrada, mas para subverter mecanismos essenciais da sociedade. Veja-se o caso do défice público. Andam as inteligências todas a discutir esta questão, quando as matérias essenciais ficam de fora. Há uma visão contabilística das despesas. Parece que Salazar deixou escola neste País. Reduz-se tudo a pedir mais sacrifícios aos trabalhadores e às camadas mais desprotegidas. Este não é o caminho.”

“Hoje há centenas e centenas de milhar de portugueses para quem o aumento do custo de vida ultrapassa os limites”, alertou o secretário-geral da CGTP-IN, que afirmaria a propósito:

“As camadas que ganham menos têm um choque imenso: os produtos de primeira necessidade têm aumentos que ultrapassam e muito a média da inflação. Mas depois, se olharmos a situação da Justiça, a evolução da distribuição da riqueza, o caminho dos direitos sociais, com uma regressão inequívoca, se olharmos a fragilização de democracia, em direitos e liberdades, vemos que esta gente que está no Poder tem uma relação com uma mentalidade reaccionária, que é extremamente perigosa.”

Mais adiante, Manuel Carvalho da Silva realçou que “hoje, em sectores diversos, no debate político, discute-se já bastante a questão da alternativa mas muito centrada apenas na questão do crescimento económico.”

“O problema é muito mais profundo”, sublinhou. **“Quando nós dissemos que estes governantes estão a provocar um desastre no País, chamamos a atenção para o retrocesso dos direitos sociais e para as ofensivas contra a estruturação da sociedade portuguesa: amanhã, se iniciarmos um percurso de crescimento económico, a distribuição dos resultados desse crescimento já não será feita como era há 4 ou 5 anos atrás. Caminha-se para uma sociedade muito mais desequilibrada.** Por isso dizemos que o combate de hoje é em relação à questão económica, mas também um combate por valores, por aspectos essenciais da estruturação da sociedade, que não podemos secundarizar. E a vossa luta tem muito a ver com isto. O caminho é o que vocês estão a seguir: agir na denúncia das irregularidades e das injustiças, propondo alternativas dinâmicas, sérias e construtivas”, declarou.

O Governo e a “produtividade” na Administração Pública

Já na ponta final da sua intervenção, Carvalho da Silva referiu-se à *produtividade* de que fala o Governo:

“Costuma-se dizer que *mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo*. Vem isto a propósito da discussão do chamado *contrato social para a competitividade e o emprego*. O Governo entregou recentemente um documento com referenciais genéricos sobre a produtividade. Mas, a coberto disso, avançou uma proposta em relação a políticas de rendimentos que se resume nisto: redução de salários, desemprego na Administração Pública... Espantosa a forma como o Governo vê a melhoria da produtividade na Administração Pública: através de duas vias conjugadas – reduzir o número de trabalhadores e reduzir os salários. Está resolvido o índice de produtividade! É simples...”

“Vêm também com a proposta que nós devemos ter em conta a inflação europeia para os salários e não a inflação em Portugal. Porque nós estamos na União Europeia... Só que em 2003 o diferencial entre inflação média europeia e a portuguesa foi de 1,3 pontos percentuais (...).

“Em relação às políticas salariais é só isto: nós temos que propor aumentos justos de salários. Lutem por isso, porque vale a pena e porque a razão vos assiste.”

JPO

FENPROF desmonta *Plano* do Governo

Insucesso e abandono escolares precoces: da realidade à encenação mediática



O Secretariado Nacional da FENPROF criticou, em conferência de Imprensa, o Plano de Prevenção do Abandono Escolar, recentemente apresentado ao País pelos Ministérios de David Justino e de Bagão Félix. A par da análise ao método seguido e do juízo negativo que formula sobre os conteúdos e reais intenções daquele documento governamental, a FENPROF garante que não desistirá de combater o insucesso e abandono escolar precoces, e que “apresentará em sede própria uma apreciação de pormenor que, como é óbvio, resultará da avaliação que faz das causas que estão na base de tão elevados índices de insucesso e abandono escolares”, destacando “as propostas que vem trabalhando com os professores para corrigir esta situação”.

A FENPROF considera que o designado *Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar*, apresentado pelo Governo, está revestido de uma forte componente demagógica, mais ao serviço de uma encenação mediática com fins de natureza política do que pensado com um efectivo carácter de combate ao insucesso e abandono escolares em Portugal.

Desde logo não se consegue encontrar coerência entre uma sincera preocupação de combate a quaisquer formas de exclusão escolar e um desígnio claro de elitização do nosso sistema educativo, como se aponta na chamada Proposta de Lei de Bases da Educação, instrumento de que este Governo, cada vez mais sozinho, se pretende servir para fazer retroceder largos anos a Educação no nosso país, e parece considerar como um facto já consumado ao inclui-la nos pressupostos deste Plano.

Depois porque o próprio parceiro que o Ministério da Educação encontrou para esta proposta - o Ministério da Segurança Social e do Trabalho, de Bagão Félix - é responsável directo pela mais violenta onda de precarização das relações de trabalho, através do novo Código que impôs aos trabalhadores, com todas as consequências para as escolas e os seus alunos que decorrem de uma instabilidade social dia a dia agravada

Ainda porque algumas das medidas apresentadas, a ser levadas a cabo, exigiriam deste Governo uma completa inversão de uma política de desinvestimento na Educação, e mais em concreto na escola pública, que também se tem vindo a agravar por força da cega obsessão com o défice das despesas públicas que tem pautado a acção governativa.

Responsabilidades diluídas

Finalmente porque, ao apontarem-se alguns objectivos importantes para o ano de 2010, se estão a diluir no tempo responsabilidades de políticas bem datadas, de hoje, corporizadas em medidas que caminham em sentido contrário ao de uma sincera preocupação com a inclusão das nossas crianças e jovens num sistema capaz de favorecer a integração e o sucesso dos que nele ingressam.

Medidas anunciadas neste Programa, como a generalização da educação pré-escolar, a melhoria da qualidade das instalações, da alimentação, da saúde, dos transportes e da acção social nas escolas, o reforço da componente experimental e tecnológica na área da Matemática e das Ciências, o programa de

apoio e financiamento a actividades extra-curriculares, a duplicação, até 2010, do número de vagas para alunos do ensino profissional e tecnológico ao nível do ensino secundário, entre outras, são medidas que não se compadecem com as actuais perspectivas de poupança e desinvestimento no sector público da educação, e que configuram apenas declarações de intenções que exigiriam antes de tudo algo que não está no desígnio dos actuais responsáveis pela Educação neste País - uma clara inversão da política que insistem em desenvolver.

Se o processo conducente à apresentação pública de um programa nacional, genuinamente orientado para um combate eficaz a indicadores de insucesso e abandono escolares que colocam Portugal na cauda da Europa, tivesse resultado de um amplo e alargado debate com todos os parceiros que conhecem bem a realidade escolar, estaríamos seguramente perante um documento mais mobilizador da sociedade em geral, mais credível quanto à sua consecução e mais claro quanto ao desenvolvimento de políticas parceiras de erradicação de uma realidade socialmente constrangedora.

Outras perspectivas

Mesmo algumas ideias contidas neste documento e alguns objectivos que poderia ser possível consensualizar, como a elevação das taxas de frequência de cursos profissionais ou tecnológicos no ensino secundário, seriam, por certo, abordadas noutras perspectivas e mais capazes de gerarem as sinergias necessárias a uma efectiva implementação no terreno onde tudo se decide - as escolas portuguesas.

O mesmo poderia ser dito de um conceito já antigo e experimentado em muitos países, inclusivamente o nosso, como o da figura do professor tutor, reduzido neste Plano a “um professor que se especializará na identificação e acompanhamento das crianças em risco”, configurando-se assim o abandono de medidas mais consistentes de acompanhamento de todos os alunos.

Perante o quadro criado pelos dois Ministérios que assinam o Plano em apreço, a FENPROF, para além da análise crítica que agora faz do método seguido e do juízo negativo que formula sobre os conteúdos e reais intenções do mesmo, apresentará em sede própria uma apreciação de pormenor que, como é óbvio, resultará da avaliação que faz das causas que estão na base de tão elevados índices de insucesso e abandono escolares e conterà as propostas que vem trabalhando com os professores para corrigir esta situação. ■

Tribuna Pública pela Educação



Desencadeando em todo o país uma forte campanha em defesa dos serviços públicos, a CGTP-IN voltou ao terreno e realizou em Viseu a primeira de uma sequência de Tribunas, junto das populações, tendo dedicado esta à Educação.

Com o microfone aberto durante a manhã, em que intervieram todos os que pretenderam referir-se à Educação, aos seus problemas e à necessidade de os resolver, a iniciativa fechou com a intervenção de Paulo Sucena, secretário-geral da FENPROF, e Manuel Carvalho da Silva, da CGTP-IN.

Facto relevante das diversas mensagens levadas a Viseu foi o de existir uma absoluta sintonia entre os intervenientes: necessidade de melhorar a qualificação dos trabalhadores portugueses, apostar forte num ensino público de qualidade e no aprofundamento da escola pública democrática. Quer Carvalho da Silva, quer Paulo Sucena manifestaram o sentimento das organizações que representavam ao afirmarem a necessidade de uma mudança profunda da política educativa, o que passa pela substituição da actual equipa do Ministério da Educação.

Delegação da FENPROF esteve reunida com Ministra da Ciência e do Ensino Superior

Passos significativos no sentido da preparação das negociações

A Ministra da Ciência e do Ensino Superior, Maria da Graça Carvalho, recebeu em 28 de Abril uma delegação da FENPROF durante a concentração de docentes do ensino superior e investigadores à porta do MCES, na qual estiveram representadas escolas, faculdades e institutos de diferentes regiões do País, bem como a Associação de Bolseiros - ABIC. Vários dos objectivos anunciados pela Ministra para a revisão das carreiras apenas poderão ser avaliados após a sua tradução nas propostas a entregar aos sindicatos, que irão permitir o efectivo início das negociações. Paulo Sucena, secretário-geral da FENPROF, dirigiu a delegação sindical que se avistou com a titular da pasta da Ciência e do Superior.

O encontro decorreu num clima de abertura e de diálogo, tendo a FENPROF apresentado à Ministra os principais problemas profissionais dos docentes (tanto do público como do privado) que motivaram a concentração e que deseja ver resolvidos: a elevada precariedade de emprego; o estrangulamento dos quadros e a negação a milhares de docentes do direito a uma carreira, bem como a carência de emprego científico para milhares de doutorados bolseiros ou ex-bolseiros.

Do que a Ministra anunciou à FENPROF, durante o encontro, destaca-se que está em curso uma revisão dos quadros do pessoal



politécnico a partir de uma base comum, sendo provável que venham contudo a constituir diplomas distintos;

- O trabalho relativo à proposta de novo ECDU está mais avançado;
- São garantidos os direitos adquiridos dos docentes que já se encontram no sistema;
- O Ministério da Ciência e do Ensino Superior vai permitir ou simplificar o recrutamento de novos docentes doutorados para os níveis de topo das carreiras.

Perspectivas avançadas pela Ministra

- Irá incluir os professores auxiliares nos quadros;
- Criará um quadro de dotação global (quadro circular) para o conjunto das categorias de professor associado e auxiliar, o que significa que a passagem de professor auxiliar a associado se poderá realizar sem necessidade de existência de uma vaga no quadro, fazendo-se essa passagem por aprovação numa prova de mérito absoluto, a realizar a solicitação de cada candidato;
- Instituirá uma prova de índole pedagógica destinada à obtenção de nomeação definitiva;
- Reforçará a componente de avaliação pedagógica e valorizará igualmente as actividades de gestão e de serviço à comunidade;
- Incentivará a mobilidade, ainda que temporária, entre os dois subsistemas (universitário e politécnico) e entre estes e a indústria.

Discussão das propostas a partir de Maio

A Ministra informou da sua intenção de iniciar negociações em Junho. Perante a insistência da Federação Nacional dos Professores para que elas se iniciassem em Maio, para permitir um envolvimento mais activo dos docentes na discussão das propostas, a Ministra admitiu que as iniciaria em Maio.

Em resumo, não se tratou de um encontro negocial mas foram dados passos significativos positivos no sentido da preparação das negociações.

Vários dos objectivos anunciados por Maria da Graça Carvalho para a revisão das carreiras apenas poderão ser avaliados após a sua tradução nas propostas, a entregar aos sindicatos, que irão permitir o efectivo início das negociações. ■

docente, que a responsável do MCES reconheceu estarem desactualizados, sobretudo no Politécnico.

Notas salientes desse encontro

- O Ministério pretende construir os novos estatutos das carreiras do universitário e do

Consequências da Revisão Curricular do Secundário no ensino da Engenharia

Henrique Santos*
José Cavalheiro*

Foi aprovado no Conselho de Ministros do dia 7 de Janeiro o diploma de Reforma Curricular do Ensino Secundário (RCES) disponível no endereço electrónico

http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/FBB007A2-2191-49A5-8C82-91C9DE779DDE/0/DL_Revisao_Curricular_ESec.pdf

Apesar de numerosas críticas apresentadas por variados sectores durante a fase de discussão, o documento mantém disposições altamente preocupantes, que a subsistirem terão enorme impacto na formação das novas gerações.

Num momento em que a procura dos cursos de Engenharia sofre uma clara quebra, devida a causas insuficientemente caracterizadas pelos organismos dos Ministérios da Educação e da Ciência e do Ensino Superior, mas entre as quais se deve encontrar uma questão de moda e uma fuga às disciplinas de Matemática e Física, importa reflectir sobre a influência das medidas tomadas pelos Ministérios que tutelam a Educação no perfil dos quadros de que o País vai dispor no futuro.



Se existe a preocupação de incrementar o número de licenciados nas áreas da Engenharia e das Ciências Exactas, nas quais o País é deficitário, visando transferir o modelo económico de produção centrado no factor “mão-de-obra barata” para “mão-de-obra altamente qualificada”, há que tomar medidas pro-activas que induzam a procura dessas áreas de formação superior; e isto porque essas áreas de formação são estratégicas, constituindo indicadores necessários à promoção de investimento e ao aumento de produtividade.

O *laissez faire* ou o “deixar o mercado funcionar” mais não é do que confiar a terceiros a condução da política de prioridades, pois a moda que momentaneamente se traduz na afluência maciça a alguns cursos não nasce de geração espontânea; os Ministérios que tutelam a Educação devem actuar e não ser meros anotadores das inclinações induzidas nos estudantes! Nomeadamente fornecendo aos alunos e respectivos agregados familiares dados sobre a empregabilidade associada às diferentes formações disponibilizadas pelo ensino superior, o que só é possível se existir um observatório que seja responsável por processar esta informação - e este observatório não existe! E se o

governo não entender atrair os estudantes para as áreas de Engenharia e das Ciências Exactas, pode pelo menos sugerir-se que não os afaste e não contribua para degradar a qualidade da respectiva formação; há alterações desta índole estabelecidas na actual RCES, como se demonstra em seguida.

De facto, a RCES veio tornar obrigatória no Curso de Ciências e Tecnologias (aquele que permite o ingresso nas Ciências Exactas, Saúde e Engenharia) apenas uma de duas disciplinas bienais: [Física e Química A] e [Biologia e Geologia]. Os alunos poderão frequentar no 10º ano as duas disciplinas ou uma delas apenas; se optarem pela [Biologia e Geologia], poderão ainda no 11º ano frequentar [Física e Química A] ou não; e se não o fizerem, concluirão o 12º ano sem frequentarem esta disciplina e obviamente sem frequentarem também a disciplina de Física ou Química individualizada que no 12º ano lhe daria seguimento.

Através desta Reforma Curricular, o governo dá explicitamente a orientação aos alunos que acabam de concluir o nono ano de que é possível virem a enveredar pela área das Ciências e Tecnologias sem aprofundarem os conhecimentos de Física e Química do ensino

obrigatório. Assim, por via administrativa, passa a considerar-se oficialmente que se pode enveredar por uma carreira técnica sem conhecimentos em áreas estruturantes fundamentais (irá esta medida ser realçada como um factor positivo nas acções de promoção de Portugal como um local atractivo de investimento de alta tecnologia?)

Uma das razões para tornar estas disciplinas opcionais poderá ser a elevada taxa de insucesso, em particular no caso da Física. Compete ao Estado, como entidade reguladora, procurar e implementar soluções para as causas deste insucesso, em vez de adoptar medidas administrativas que diminuam a frequência de disciplinas problemáticas e assim se promova artificialmente o sucesso.

Quando a evolução tecnológica exige uma formação cada vez mais profunda no domínio das Ciências Exactas, o governo adopta, apesar das chamadas de atenção de muitas escolas e instituições profissionais, uma medida com efeitos catastróficos no acesso a esses cursos: de facto, não é necessário ser profeta para prever que o número de estudantes com as habilitações necessárias para o ingresso na Engenharia vai sofrer uma intensa redução, agravando a actual

“A impressão de anti-Ciência tornou-se certeza ao analisar a revisão curricular do ensino secundário”

Prof Carlos Correia, da Faculdade de Ciências da UP,

tendência de fuga desta área de formação.

E estarão os cursos de Engenharia em condições de manter a disciplina de Física como específica, tendo em conta a crise de procura por que têm vindo a passar? Poderão correr o risco de ficarem sub-povoados e suportarem o sub-financiamento consequente, se mantiverem essa exigência? Não estará a RCES a impor às Ciências Exactas e Engenharia que adulterem os seus critérios de ingresso, limitando as disciplinas específicas à Matemática?

Mais grave é que a formação deficiente em disciplinas estruturantes coincide com a redução da duração de cinco anos para quatro dos planos de estudo do Ensino Superior, imposta pela uniformização da arquitectura deste ensino aprovada na Declaração de Bolonha! A superação dum deficit que pode ir até três anos de aprendizagem não poderá ser conseguida no Ensino Superior, quando se vai contrair em 20% a actual dimensão curricular, sendo ainda certo que a RCES já prevê também a redução de 350 para 270 do número de horas de escolaridade global de Física e Química (CFQ) com a supressão da disciplina de Técnicas Laboratoriais.

Vem a propósito transcrever parcialmente o “Parecer da Sociedade Portuguesa de Física”, emitido em Janeiro do corrente ano, durante o período de discussão pública do diploma, sobre o conteúdo do Documento Orientador da RCES, que como agora se verifica foi simplesmente ignorado:

“1º A Física, nas suas vertentes teórica, experimental e aplicada, deve ser um elemento estruturante da cultura científica do cidadão comum por constituir a base das actuais ciências experimentais e das tecnologias que delas emergem;

2º A Física deve fazer parte da formação básica dos estudantes que pretendem iniciar cursos superiores de ciências e de engenharia;

3º Um bom conhecimento de Física promove a inovação científica e tecnológica indispensável ao aumento da produtividade;

É preocupante a deficiente preparação científica de muitos estudantes que acedem ao ensino superior e também a daqueles que não seguem estudos terciários, os quais constituem a grande maioria dos cidadãos portugueses. Ora, o documento em apreço [RCES], contém disposições que não permitem alterar esta situação.

De facto, a matriz curricular proposta para o Curso de Ciências e Tecnologias retira as disciplinas de Física, Química, Biologia e Geologia do núcleo de disciplinas obrigatórias do ensino secundário, dando-lhes um carácter opcional.

Isto não só empobrece a formação científica dos estudantes graduados pelo ensino secundário como, a manter-se o actual sistema de acesso ao ensino superior, obriga os estudantes a fazer opções definitivas de vida profissional quando terminam o ensino básico, o que é incontroversamente cedo demais.

Além disso a matriz curricular proposta contém incongruências evidentes, tais como:

a) permitir que um aluno ingresse numa escola de ciências, engenharia, medicina, farmácia, etc, sem nunca ter aprendido Física no ensino secundário, quando alguns desses cursos exigiram a frequência de três anos de Física nesse nível de ensino;

b) não permitir que os alunos do 12º ano possam frequentar pares de disciplinas que são hoje obrigatórias para ingresso em cursos universitários de grande procura (uma decisão deste teor deveria ser tomada em consonância com as escolas de Ensino Superior e com o Ministério da tutela);

Mesmo numa óptica dum opção não tecnológica, será possível avançar no estudo da Biologia e da Geologia, por exemplo, apenas com os conhecimentos elementares de Física e Química do 9º ano?

Como referiu o Prof Carlos Correia, da Faculdade de Ciências da UP, em documento tornado público: “A impressão de anti-Ciência tornou-se certeza ao analisar a revisão curricular do ensino secundário, em que há uma diminuição apreciável da formação científica dos alunos, quer a nível teórico quer prático, sem a necessária complementaridade das áreas científicas de Física, Química, Biologia, Geologia.”

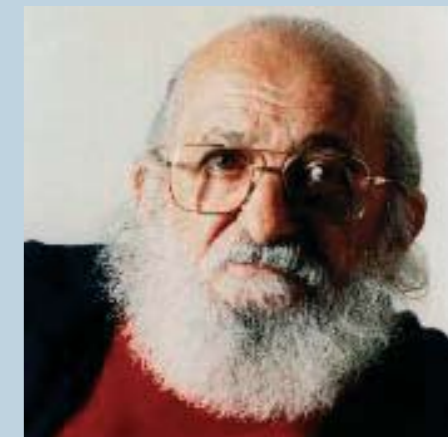
Em resumo, com a RCES corremos o risco de daqui a quatro anos assistirmos a uma queda abrupta no número de potenciais candidatos ao ingresso em Engenharia e dum modo geral a um claro empobrecimento da formação geral em disciplinas científicas essenciais como a Física e a Química.

Esta formação deficiente não pode ser compensada no Ensino Superior, pois coincide com a redução da duração de cinco para quatro anos dos planos de estudo deste grau de ensino, imposta pela Declaração de Bolonha!

As consequências da persistência deste erro a outros níveis, nomeadamente na competitividade económica, são demasiado preocupantes para que possamos aceitá-los em silêncio. Contribuamos pois, dentro da esfera de influência de cada um, para criar um movimento por uma correcção à RCES que reponha o carácter de obrigatoriedade à disciplina bienal de [Física e Química A] no Curso de Ciências e Tecnologias. I

* Professores da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Fórum Paulo Freire reúne no Porto



De 19 a 22 de Setembro próximo, o IV Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire vai ter lugar no Porto - Parque Biológico de Gaia e Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto -, organizado pelo Instituto Paulo Freire de Portugal (IPFP) sob o lema Caminhando para uma Cidadania Multicultural.

Pela sua actualidade, pertinência e estreita ligação com as temáticas freireanas, a possibilidade de uma cidadania multicultural constitui um interessante desafio neste dealbar de milénio e uma oportunidade de debate para investigadores, professores e outros interessados em intervenções sócio-culturais.

Nesta perspectiva, e de acordo com o IPFP, o encontro está a ser pensado de modo a responder a duas preocupações fundamentais: “favorecer ao máximo a ocorrência de espaços e oportunidades de debate; cruzar e enriquecer as actividades de trocas científicas com actividades culturais de diferentes tipos”. Assim, e para além de sessões plenárias, estão previstas mesas-redondas diárias, que, não se limitando à apresentação de comunicações, permitirão que os problemas propostos (“temas dialógicos”) sejam debatidos pelos convidados e, tanto quanto possível, com o público.

Os temas dialógicos propostos são, entre outros: “Será possível construir uma cidadania multicultural? Será possível uma sociedade sem exclusão? Sociedade multicultural: realidade ou utopia? Que espaços de intervenção sócio-educativa no mundo actual? Que políticas de educação para a construção da cidadania multicultural? Que possibilidades de empowerment num mundo globalizado? Informação, conhecimento e sociedade em rede: que potencialidades? Paulo Freire e experiências de intervenção em educação - conscientização na transição pós-moderna”.

O encontro é aberto a todos os interessados, variando os custos de inscrição de acordo com a data: até 24 de Junho, 50 Euros (não sócios do IPFP), 40 Euros (instituições parceiras) ou 35 Euros (sócios e estudantes); a partir de 25 de Junho, respectivamente, 90, 80 ou 75 Euros. Mais informações podem ser obtidas através do telefone 226 079 700 (ext. 219) ou do e-mail: ipfportugal@psi.up.pt. I

Serviço Nacional de Saúde

Os grupos financeiros vêm aqui uma grande área de negócios e de obtenção de lucros, alerta o movimento sindical



Em vez de corrigir as deficiências e os défices e melhorar a organização do Serviço Nacional de Saúde (SNS), o Governo PSD/PP tem realizado, de forma premeditada, uma acção para acabar com o SNS como prestador de cuidados de saúde. Esta foi uma preocupação saliente ao longo da jornada nacional realizada em Lisboa, no passado dia 7 de Abril, por iniciativa da CGTP-IN, com o apoio de várias organizações sindicais, incluindo a FENPROF. A acção em defesa do SNS começou com uma concentração junto à Maternidade Alfredo da Costa, prosseguindo com um desfile em direcção ao Saldanha

O que representa o SNS

O SNS tem dificuldades e défices em diversos domínios e problemas organizacionais, fruto das políticas seguidas pelos diversos governos ao longo dos tempos, mas é um facto que o Serviço Nacional de Saúde, criado em 15 de Setembro de 1979, constituiu um marco fundamental do desenvolvimento social no nosso País.

A Lei 56/79 definiu que é o Estado que deve assegurar o direito à protecção da saúde e que o acesso é gratuito e garantido a todos os cidadãos, independentemente da sua situação económica e social e que o SNS envolve todos os cuidados integrados de saúde, compreendendo a promoção e vigilância da saúde, a prevenção da doença, o diagnóstico e tratamento dos doentes

e a reabilitação médica e social.

Ao longo da sua vida, o SNS tem revelado potencialidades e capacidades em recursos materiais e humanos e tem sido capaz, reconhecidamente, de responder às necessidades fundamentais dos portugueses.

Não será por acaso que Portugal, segundo um relatório da OMS, aparece em 12º lugar a nível mundial e que revela todo um conjunto de ganhos de saúde, entre os quais a redução nas taxas de mortalidade e de doenças transmissíveis e taxas de vacinação.

O que tem feito o Governo PSD/PP

O Governo PSD/PP, nestes dois anos, pôs de pé toda uma *arquitectura* legislativa para

e terminando junto ao Ministério da Saúde, onde se registaram várias intervenções, nomeadamente de Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da Central.

Na altura foi aprovada também uma resolução onde se apela à “defesa e fortalecimento do SNS público para todos e com qualidade”.

No Dia Mundial da Saúde ouviu-se na rua a crítica frontal dos cidadãos à política do Governo PSD/PP para o sector. “Nestes dois anos”, salienta a resolução lida por Maria do Carmo Tavares, do Executivo do CN da Intersindical, toda a intervenção do Governo é “no sentido de entregar, paulatinamente, aos grandes grupos financeiros privados

não só a gestão como a prestação dos cuidados de saúde até aqui garantidos na essência pelos centros de saúde e pelos hospitais públicos.”

E mais: “Os grupos financeiros vêm na saúde uma grande área de negócios e de obtenção de lucros. A ser levada por diante esta política, seriam aprofundadas as desigualdades e a discriminação existentes na sociedade, dificultando o acesso a quem não tem dinheiro ou tem poucos recursos diferenciando as patologias menos rentáveis das mais rentáveis.”

JPO

atingir estes objectivos:

1º- Transformou 34 hospitais públicos em sociedades anónimas, o que levou a que os vínculos laborais de muitos profissionais se precarizassem e que diminuísse o seu número por turno, pondo em causa a qualidade dos cuidados prestados.

O economicismo na gestão destas SA's vai ao ponto de rejeitar formação aos médicos e a outros profissionais.

Existe falta de materiais e as limpezas e as desinfecções nestes hospitais estão a ser de pior qualidade. Este modelo de gestão não veio diminuir as despesas, conforme o prometido, assim como o acesso e a qualidade de cuidados não foram melhorados. Bem pelo contrário, há discriminações nas patologias e em relação



aos internamentos e falta dinheiro para os medicamentos.

Os novos gestores já começaram a entregar os serviços mais rentáveis aos privados.

2º- A nova legislação sobre cuidados de saúde primários tem como objectivo destruir a porta de entrada do SNS, a que está mais próxima das populações e a que mais contribuiu para os ganhos de saúde em Portugal, ou seja, o Governo quer entregar aos privados os centros de saúde para tratar apenas da doença.

3º- As parcerias público/privado visam que os futuros hospitais, a serem construídos por estes consórcios, permitam que as entidades privadas fiquem com essas unidades durante décadas, ficando o Estado obrigado a comprar-lhes cuidados de saúde.

Quem não quereria um negócio assim onde, à partida, os clientes estão garantidos?

O Governo, nestes dois anos, não só não acabou com as listas de espera, principal bandeira política eleitoral, como existem agora centenas de milhares de utentes nesta situação.

• Aumentou, significativamente, as taxas moderadoras.

• Acabou com a comparticipação para determinados diagnósticos e terapêutica, obrigando o utente a pagar totalmente do seu bolso.

• Cada vez há mais medicamentos sem comparticipação.

• Ofereceu à ANF um grande negócio que vale 5 milhões de euros para controlar os diabetes, penalizando os utentes.

• Não promoveu a saúde oral nos cuidados de saúde primários, sabendo que as causas de várias patologias têm a ver com as infecções

dentárias.

• Permite que Portugal seja o país da União Europeia em que a taxa de incidência da Sida é 5 vezes superior à média europeia.

As propostas do movimento sindical

Os manifestantes, reunidos no dia 7 de Abril de 2004, junto ao Ministério da Saúde, reclamam a “ruptura com o actual caminho da política de saúde destruidora do SNS” e a “defesa e o fortalecimento do SNS público para todos e com qualidade”.

Além da “manutenção integral da gestão pública dos hospitais, centros de saúde e extensões”, o movimento sindical exige “transparência na informação sobre os contratos realizados com privados, avaliação e auditorias independentes aos hospitais SA's” e “um plano de qualidade de cuidados de saúde para as populações”. A “melhoria das condições de trabalho e formação dos diversos profissionais de saúde” foi outra reivindicação em foco na jornada de 7 de Abril.

Os participantes na acção dirigiram dois apelos essenciais:

• Aos profissionais de saúde, aos trabalhadores em geral e à população para se manterem informados e mobilizados para defenderem o Serviço Nacional de Saúde;

• Aos partidos políticos e ao Presidente da República para intervirem no sentido de se estancar esta política para o sector. I



“Sampaio critica falta de investimento na Educação”

O País tem uma longa história de desinvestimento na Educação. Por isso, é preciso mudar, pois nada é mais importante que os recursos humanos, defendeu Jorge Sampaio, no discurso de abertura da Semana dedicada à Educação. (...)

O Presidente da República voltou a repetir as palavras com que abriu a Semana da Educação em 1998. Na altura, apontou como preocupações o facto de nem todas as crianças terem acesso a um ensino básico de qualidade; e alertou para as taxas de insucesso e de abandono escolar que põem Portugal no fim das estatísticas. “Nos tempos actuais, não há tarefa mais urgente do que a educação”, disse.

Cinco anos depois algumas coisas mudaram, mas ainda há muito a fazer. As taxas continuam a ser preocupantes. (...) A escolha presidencial recaiu apenas sobre escolas da rede pública, numa clara defesa do ensino público, porque este deve ser de qualidade e “que não sirva apenas para acolher os mais pobres ou os mais desfavorecidos”.

Jorge Sampaio quer que se invista mais na educação e disse que nada mudará se não houver um compromisso colectivo. No entanto, ressaltou, há responsabilidades políticas. “Não basta uma desejável eficácia na gestão dos meios e dos recursos. É necessário mais investimento. Seria um erro histórico dar livre curso às ideologias do mercado que tendem a diminuir o compromisso do Estado com uma escola pública de qualidade para todos”, sublinhou.

O Presidente mostrou-se ainda contra o “experimentalismo, pautado pelo ritmo de reformas legislativas que se contradizem ou que se anulam umas às outras”. “Não podemos estar sempre a recomençar”, acrescentou.

Há também responsabilidades sociais, por parte de toda a comunidade - “Ninguém é dispensável. Os problemas da escola resolvem-se dentro e fora [dela]”, e, responsabilidades profissionais, dos professores, que são “pilares essenciais do trabalho escolar”. Os melhores docentes são aqueles que conseguem “despertar interesses profundos” nos seus alunos. “Os bons professores são caros? Mas é incomparavelmente maior o custo social dos maus professores”, referiu Sampaio.

Durante a Semana, o PR vai fazer apelos (...) à mudança, porque “a pior forma de discriminação é aquela que encerra os mais pobres, os mais frágeis nos seus universos sócio-culturais de origem, não os desafiando para um outro destino”. É que, considera o Presidente, o futuro do País está na qualificação escolar e profissional dos portugueses.

“Público, 5/05/2004”

Português/Latim e Estudos Portugueses em Timor Leste

Manifesto contra a discriminação da colocação dos professores

A recente notícia da viagem do Senhor Presidente da Assembleia da República a Timor Leste, despertou em mim o desejo de comunicar várias questões suscitadas pelo desprezo a que foram votados os Professores de Português e Latim bem como de Estudos Portugueses, durante a última colocação de docentes em Timor Leste. Com os concursos para a colocação de professores em Timor Leste a aproximarem-se, entendo que o seguinte deva ser dito.

Eu sou professor de Latim, mas as vicissitudes desta actividade profissional deram prova de que, mais uma vez, o Latim, sob o pretexto de ser uma “língua morta”, leva a que a ignorância considere o seu ensino inútil. No entanto, estas minhas linhas não se destinam a descrever a minha situação, mas gostaria de chamar a atenção para uma injustiça que foi cometida em relação aos professores do meu curso (Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa), bem como aos professores de Estudos Portugueses, e que merece a maior reflexão.

Muitos colegas meus, colegas da faculdade e de curso, encontravam-se disseminados pelos vários distritos de Timor Leste, a exercer a sua actividade de professor de Língua Portuguesa, implementando as noções básicas de sintaxe, gramática e cultura portuguesas, em alunos cuja vivência sob o poderio indonésio não lhes permitiu um desenvolvimento escolar adequado. Timor Leste tem escolas sem electricidade, água, saneamento básico, muitas delas sem vidros nas janelas, sem fechaduras nas portas. Tal deve-se ao vandalismo a que foi votada uma significativa parte dos edifícios timorenses. Os telhados, feitos de chapa ondulada de zinco, tornam-se numa terrível fonte de calor em dias de sol ou numa ensurdecadora fonte de ruído quando as chuvas tropicais se abatem sobre eles. Claro que há escolas melhores, outras nem por isso, mas todas necessitam de qualquer coisa, até de quadros onde se consiga escrever, e o giz é frequentemente racionado. Sendo a electricidade ininterrupta viável apenas em Díli, por exemplo, estratégias como a projecção de transparências, diapositivos, o uso de televisão e do vídeo, são estratégias que não podem praticar-se no resto do país, sendo recorrente o uso de fotocópias previamente tiradas, livros e cadernos (o sorriso de uma criança timorense pode ser despoletado pela oferta de uma simples esferográfica). Mas tal não inviabiliza o ensino, pelo contrário, torna os professores mais aptos a recorrer à sua criatividade para desenvolver estratégias alternativas. Nestas condições, o exercício do ensino torna-se não só uma questão de conhecimento, mas também

de imaginação.

Entretanto, em Portugal, o governo do PSD/PP tomou as rédeas dos destinos do país. E houve uma mudança (cuja iniciativa desconheço) de critérios na selecção de professores que iriam desempenhar, no ano lectivo 2003-2004, a sua profissão em Timor Leste. Esta mudança de critérios assentou no pressuposto de que a Língua Portuguesa, não sendo a língua-mãe de Timor Leste, deveria ser ensinada como Língua Estrangeira. Logo, são preferidos os professores de português que têm como variantes, nos seus cursos, o Inglês, o Espanhol, o Francês, o Alemão... Como tal, os meus colegas de Português e Latim e Estudos Portugueses, que exerciam a sua actividade em Timor Leste, foram recambiados para Portugal, com toda a natural indignação que este facto suscitou, pois, na prática, o que se verificou foi uma mera troca de professores, que desfavoreceu os meus colegas.

Naquele ano de 2002, concorri. Nós, professores de Português e Latim, não fomos excluídos da lista, mas fomos relegados para o seu final. É que, pelos vistos, o Latim não é uma língua estrangeira, mas sim uma “língua morta”. Por esta linha de pensamento, podemos supor que o conhecimento do Latim é inútil. Mas depois, não poderemos ficar surpreendidos que os próprios portugueses sejam tão ignorantes relativamente à sua língua-mãe. Costumo dizer que, na verdade, o Latim, a ser uma “língua morta”, foi assassinado pela ignorância. As estruturas sobre as quais assentam as línguas românicas são as do Latim. Se o seu conhecimento desaparecer, as línguas românicas afundar-se-ão na areia movediça da ignorância.

Eis agora os pontos centrais para os quais

eu gostaria de chamar a atenção de V.^a Ex.^a: se aquilo que se pretende dos professores enviados para Timor Leste é o ensino do Português, será assim tão relevante a variante do curso tirado na universidade? Não deveria assentar a selecção dos professores em critérios de notas, competência, robustez física e psicológica? Quantas vezes professores recém-chegados e não preparados para a realidade da vida em Timor, não aguentam muito tempo em termos emocionais, pelo que regressaram a Portugal? Logo à partida, os Professores de Estudos Portugueses e de Línguas Clássicas são discriminados.

Além disso, não terá o professor de Português e Latim um conhecimento mais aprofundado da Língua Portuguesa, e até mesmo de outras línguas? Qual a razão que leva este facto a ser ignorado?

Como pode um professor de Português ensinar esta língua estrangeira, desconhecendo o Tetum e os seus dialectos? Felizmente, o dia-a-dia em convivência com os timorenses, bem como um dicionário, podem suprir esta dificuldade comum a todos os professores, não sendo ela exclusiva dos professores de Estudos Portugueses e de Línguas Clássicas.

Quanto ao uso de técnicas e métodos baseados em meios audio-scripto-visuais, a sua aplicação é dificultada pelas condições das escolas, que já foram acima sumariamente referidas.

Estes são, em suma, os pontos que devem suscitar a maior reflexão junto de quem selecciona e envia professores de Português para Timor Leste.

Agradeço imenso a disponibilidade concedida para a leitura destas linhas. |

Sérgio Rato Cordeiro

Congresso de Sociologia

O estímulo à investigação na área das ciências sociais esteve em foco no Congresso Português de Sociologia, que decorreu na Universidade do Minho, entre 12 e 15 de Maio, subordinado ao tema geral “Sociedades contemporâneas – reflexividade e acção”. Artes e culturas, recomposições sociais, exclusões, cidades, campos e territórios, justiça, cidadania e políticas, famílias, género, corpo e sexualidades, saúde, emprego e trabalho, contextos organizacionais, ambiente, migrações e etnicidades, crenças e religiosidades foram alguns dos temas em discussão, a par do direito, crime e dependências, ciência e conhecimento, identidades e estilos de vida, educação e aprendizagem, populações, gerações e ciclos de vida, regionalização, media e comunicação. A iniciativa foi promovida pela Associação Portuguesa de Sociologia e contou com a intervenção do Presidente da República na abertura dos trabalhos. |



Janela Aberta

Mário David Soares

As surpresas de uma espera



Estava a ser um daqueles dias que justificam o velho aforismo popular de que há dias que mais vale não sair de casa: o despertar tinha sido cedo, a espera no aeroporto tinha sido demasiado longa, tão longa que por causa dela se perdeu a ligação do avião que me deveria levar ao destino. Resultado: uma nova espera de mais de 5 horas noutra aeroporto. A meio da tarde chega a notícia do falecimento de um familiar de um grande amigo a quem, por força da viagem, não poderia manifestar fisicamente a minha solidariedade. E ainda não sabia que, pela primeira vez, iria ter uma forte má-disposição no avião. O dia estava a ser bastante azarado e não augurava nada de bom.

Durante a longa espera no aeroporto fui lendo todos os jornais que pude apanhar até que se me deparou uma revista, daquelas feitas em papel “couche”, destinada a empresários de sucesso. A principal notícia da capa chamou-me a atenção: “Formação avançada para executivos”. Sabendo que, em Portugal, a qualificação média dos patrões é mais baixa que a dos trabalhadores, comeci a folhear a revista.

Para minha surpresa, a revista continha diversos artigos que me fizeram pensar: seria, na verdade, uma revista para empresários? E portugueses? O que ali se escrevia e dizia era para Portugal?

Logo no editorial:

“Vivemos uma era em que a formação contínua não é uma ferramenta que só alguns iluminados (ou endinheirados) podem ter. Seja em que sector de actividade for, e independentemente das funções desempenhadas, a formação é imprescindível seja para o indivíduo... seja para a empresa.

...Os colaboradores são activos importantes e a preservar em qualquer organização. A sua formação enriquece esses mesmos activos. O custo rapidamente se pode transformar em retorno de investimento”.

Lembrei-me que, em Portugal, a formação contínua é um parente pobre de todos os que têm responsabilidades políticas e/ou empresariais. É um parente pobre porque todos falam dela e ninguém faz nada por ela - vai definhando sem alimento e sem carinho. E quando se verifica que a sua falta começa a ser muito notada, remete-se sempre a responsabilidade para os outros e, em particular, para os trabalhadores (no eufemismo da revista, “colaboradores”) que não a cuidam porque são preguiçosos e

não querem pagar para ter este bem (“anda Luísa, sobe a calçada...”). O Estado vai encerrando os cursos nocturnos, as empresas impõem cargas horárias que retiram cada vez mais espaço para os tempos de aprendizagem, os patrões entendem que já gastam muito com os seus trabalhadores para poderem suportar mais este custo... E, no entanto, cá está, preto no branco, dito numa revista para empresários, que a formação contínua é para todos e não só para os endinheirados e que, “rapidamente” o seu custo se transforma em investimento.

Mais adiante, numa análise às novas tendências em gestão de recursos humanos, avalia-se o pensamento de um tal Larry Hochman apresentado como um especialista britânico em gestão de recursos humanos. E, novamente, o tema da formação contínua era abordado: “Um negócio que corta os orçamentos de formação como uma forma de resposta aos problemas está de facto a promulgar e a aprofundar os próprios problemas dentro da empresa. (...) Lembre-se: a formação tem de ser oferecida a todos e não ser um privilégio de apenas alguns.”

Estava já convencido de que as revistas para empresários eram boas. Pelo menos no que toca à formação contínua. Mas o senhor Larry Hochman não está com meias medidas na sua análise ao que deverá ser a gestão futura dos recursos humanos. E num subtítulo conseguiu surpreender-me: “...Gerir salários para aumentar a “performance”. “ E ali estava (outra vez, preto no branco) “ se os trabalhadores não forem recompensados por um trabalho bem executado de uma forma justa, honesta e aberta, nunca irão confiar que os valoriza como pessoas. “ Abri a boca e ainda hoje não sei se foi de espanto ou um bocejo de tédio pela longa espera no aeroporto. Fechei os olhos e comeci a pensar no código do trabalho feito aprovar por essa inefável criatura que se tornou ministro do Trabalho por força de uma coligação com quem ninguém contava. Pensei no que dizem os patrões portugueses sobre a produtividade e como respondem à reivindicação dos trabalhadores de melhores salários.

Estava já a ser conduzido para outra dimen-



são que me desviava do artigo e da revista, quando, abrindo os olhos, uma frase saltou do meio de uma caixa (uma espécie de resumo) que me fez voltar à realidade. Rezava, assim, a dita frase: “A capacidade da empresa em aplicar políticas de pessoal que conciliem o trabalho e a família irá determinar a atração e retenção do melhor talento”. Atónito, comeci a pensar na imposição da flexibilidade de horários que afasta cada vez mais os membros da família, quase sem tempo para olhar uns para os outros, na dimensão social dos tempos livres passados em conjunto, no direito ao lazer...

Fechei os olhos e ... adormeci.

E não fora a diligente menina, que vigia a sala dos passageiros mais frequentes, me ter despertado deste sonho teria perdido outra vez o avião. |

PS: A revista chama-se “Executive Digest” e é o número 113 referente ao mês de Março de 2004 pertencente à Edimpresa a cujo Conselho de Gerência pertence Francisco Pinto Balsemão.



Carolina Tavares de Lemos

Uma lutadora.
É assim que o jornalista consegue descrever a professora **Carolina Tavares de Lemos**.

Tenho o privilégio de estar à conversa com uma daquelas figuras que

liga, sob um olhar vivo e determinado, múltiplos episódios da sua vida com a história de um Povo. Uma **vida** de resistência, de sacrifício, de dedicação à causa do Ensino. Uma **história** de combate pelos ideais da democracia e da liberdade.

Carolina Tavares de Lemos foi agraciada no passado dia 8 de Maio com a Ordem da Instrução Pública, em cerimónia realizada na Casa de Serralves, no final de *Semana* dedicada à Educação pelo Presidente da República.

Conversar com a Comendadora Carolina Tavares de Lemos, 86 anos, natural de Tuy, residente nos arredores de Coimbra, aposentada desde 1987 e associada do SPRC, é viver uma apaixonante aula de História ao vivo, enriquecida pela memória e pela vivacidade de uma cidadã exemplar, ainda hoje profundamente ligada ao seu Sindicato e à FENPROF.

Começou a sua carreira em 1940 como *professora primária* na zona da Figueira da Foz, numa 1ª classe com 45 alunos. Era o princípio de uma "digressão" que a levaria a 16 escolas e a um mosaico de

episódios que recorda pormenorizadamente: as dificuldades de transporte e de alojamento, os jantares frequentes de castanha cozida, os quilómetros a pé e de bicicleta no concelho de Viseu para chegar à escola, o trabalho com mais de 70 crianças das quatro classes, a imaginação e a criatividade para contornar o "livro único", os seus três *exames de Estado*, os cursos realizados, como o de assistente social, e mais tarde a actividade na Escola do Magistério de Coimbra.

Episódios que recordam também as perseguições do fascismo aos familiares (o pai, pedagogo, esteve preso; a mãe foi presidente da Associação Feminina para a Paz e a Cooperação; o marido foi um resistente), mas que sublinham sempre "a alegria de trabalhar com as crianças", "os princípios da escola activa", o recurso a métodos inovadores (numa altura em que a inovação era crime), as visitas de estudo, os desenhos e as poesias enviadas para os jornais e, naturalmente, a profunda identificação com os alunos que ajudou ao longo da sua carreira e de que ainda hoje se lembra com emoção.

Parabéns, Carolina!



José Paulo Oliveira

OPINIÃO

Escolas laicas, escolas confessionais e escolas assim-assim

Se analisarmos sumariamente as relações que se estabelecem entre as religiões e os sistemas de ensino verificamos que há uma diversidade de ligações tão grande quanto a de organização dos estados.

No «mundo islâmico» há países em que a religião oficial é a que é a obrigatória de ensinar e aprender, é o caso do Irão. Noutros, como o Senegal, há liberdade religiosa, onde convivem lado a lado as escolas cristãs e as madrassas (escolas corânicas) que têm um importante papel de alfabetização dos pequenos talibãs (estudantes de teologia).

Nos EUA, devido à influência de religiões cristãs, ainda há poucos anos era proibido abordar o evolucionismo nas escolas de vários estados. Foi nos tribunais, em que se enfrentaram religiosos e cientistas, que se pôs termo a essa situação, com a vitória dos cientistas. Só a partir de 1981 é que em todos os estados dos EUA se pôde incluir a noção de evolução dos seres vivos nos currículos. É de referir que continua a haver uma grande resistência dos religiosos que mantêm museus e toda uma parafernália de meios para tentar impor a denominada Ciência da Criação, baseada nos primeiros capítulos do Livro do Génesis tomados estritamente à letra.

Em França assiste-se a um debate que gira sobretudo à volta da proibição do uso do véu

pelas raparigas muçulmanas. É de referir que esse problema não se punha até aos anos 80 quando já havia milhões de islâmicos no país. O que mudou foi o facto de haver grupos religiosos islâmicos da Arábia Saudita que começaram a dar bolsas de estudos a famílias de imigrantes pobres oriundas de países de maioria muçulmana. A única condição para aceder às bolsas é a de as raparigas usarem o véu. Essas bolsas produziram os seus frutos visto que já há raparigas que usam o véu com outra motivação que não a monetária. E uma boa parte da população teme que haja um crescimento descontrolado do fundamentalismo islâmico que traga de novo as camifcinas bombistas às ruas de Paris, como já houve há uns anos. Terá sido essa uma razão da proibição dos símbolos religiosos ostensivos nas escolas públicas e laicas.

Em Espanha, o governo de Aznar instituiu que a disciplina de religião se tornará obrigatória no próximo ano lectivo e contará para o acesso ao ensino superior. Esta medida está a provocar um grande debate no país vizinho.

Por cá a mudança de regime em 1974 não foi assim tão grande ao ponto de levar a anular a Concordata assinada no tempo do fascismo entre Salazar e o Vaticano. Assim os bispos colocam os professores de religião nas escolas mas é o Estado que lhes paga.

Está actualmente em curso a revisão da Lei de

Bases do Sistema Educativo que diz que «o ensino não será confessional». Apesar dessa lei há alunos não católicos que frequentam estabelecimentos de ensino católicos com contratos de associação com o Estado que são obrigados a ter Educação Moral e Religiosa Católica. A actual proposta do governo da nova Lei de Bases retira qualquer referência nesse assunto. Pelas declarações da secretária de estado da educação, Mariana Cascais, que disse no parlamento que a religião oficial em Portugal era a católica, e pela iniciativa «Bíblia Manuscrita Jovem» que decorreu em 50 escolas na qual ela participou escrevendo um versículo da Bíblia numa escola pública (na Escola Secundária Gabriel Pereira, em Évora) podemos imaginar o que querera dizer essa omissão.

É de referir que todas as propostas de revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo dos partidos da oposição defendem uma escola pública laica.

Para o próximo ano lectivo entra em vigor a Reforma do Ensino Secundário. Nela a disciplina de religião surge com o dobro do tempo lectivo que tinha até agora. O que significa que o Estado vai gastar o dobro do dinheiro com essa disciplina, isto numa época de forte contenção orçamental no ensino e noutras áreas. **!**

José Janela

Conselheiro Nacional da FENPROF

"O Teatrão" 10 anos de criatividade rumo ao futuro

José Paulo Oliveira



Dr. Deolindo Pessoa, Presidente da Direcção de "O Teatrão"

"História da Lua e do Mar" é o mais recente trabalho do grupo "O Teatrão" Teatro para a Infância de Coimbra, que agora comemora 10 anos de vida (o primeiro espectáculo foi apresentado em Junho de 1994). A reportagem do "JF" esteve na Oficina Municipal de Teatro à conversa com o Dr. Deolindo Pessoa, presidente da Direcção do grupo, encenador, médico do Hospital Pediátrico de Coimbra que desde a primeira hora vive por dentro os projectos e os sonhos do "Teatrão".

Mais de duas dezenas de espectáculos e a realização do Encontro de Teatro para a Infância de Coimbra (incluiu workshop para professores), uma co-produção com a Capital Nacional da Cultura (Outubro de 2003), projecto a reeditar em 2005, marcam os 10 anos de intenso e criativo trabalho do grupo, que aposta na ligação às escolas, salientando o papel do teatro como parte integrante dos projectos educativos.

"Além das crianças entre os 4 e os 10 anos, queremos chegar aos jovens do 3º Ciclo e até do Ensino Secundário, apresentando diferentes produções e criando diferentes níveis de leitura dos nossos espectáculos. Aliás, é possível fazer com que pais e filhos acompanhem com interesse os mesmos espectáculos", sublinha Deolindo Pessoa, que acrescenta:

"A fixação da nossa companhia neste espaço (onde se encontra também, provisoriamente, a "Escola da Noite") abriu novas perspectivas de trabalho e lançou também novos desafios, para os quais estamos preparados. 2003 foi um ano de reestruturação e de aposta, marcado por um número crescente de ofertas de espectáculos, acompanhado de um aumento significativo de público, não só de Coimbra mas da região. Gostava ainda de salientar o arranque do projecto de formação, com classes de teatro para alunos entre os 6 e os 15 anos".

Deolindo Pessoa faz, entretanto, um balanço positivo da apresentação da "História da Lua e do Mar", que só não atingiu melhores níveis devido às dificuldades da Câmara Municipal de Coimbra em assegurar transportes para as escolas.

Dos apoios financeiros previstos para 2004, até ao momento em que se elaborava esta peça, o "Teatrão" ainda não tinha recebido um cêntimo, quer do Instituto das Artes, quer do Município de Coimbra, os "apoios mais consistentes" com que o grupo conta para desenvolver o seu trabalho.

Por seu lado, a Direcção Regional de Educação (DREC) nunca concretizou qualquer apoio ao "Teatrão".

Explica Deolindo Pessoa que "é escasso" o apoio do Ministério da Cultura ao teatro. Depois, para o teatro da infância e juventude, "esse apoio é ainda mais reduzido".

Mesmo assim, "temos como orientação que nenhuma criança fique excluída e deixe de assistir aos nossos espectáculos por dificuldades económicas".

Contra ventos e marés, "O Teatrão" avança nos seus projectos (além da "História da Lua e do Mar" tem em carteira "Passagem", de Pedro Eiras, para um público adolescente) e prepara-se para, brevemente, começar a apresentar os seus espectáculos na Oficina Municipal de Teatro, onde está sediada.

Bom trabalho! **!**

Contactos:

"O Teatrão" está sediado na Oficina Municipal de Teatro, Rua Pedro Nunes - Quinta da Nora | 3030-199 Coimbra
Telf.: 239714013/914617383 | E-mail: teatro@net.sapo.pt



Os 10 anos de vida do grupo "O Teatrão" foram o mote para a re-visitación ao texto da *História da Lua e do Mar* (a primeira montagem ocorreu em 1998). A partir de um excerto de "Avieiros", de mestre Alves Redol, Manuel Guerra criou este texto, base da construção do espectáculo que fica em carteira, depois da sua apresentação até 30 de Maio no Museu dos Transportes, em Coimbra. Agora, em Junho, está disponível para deslocações em todas as regiões do País, de acordo com as solicitações das escolas e outras entidades interessadas, retomando depois as apresentações regulares em Setembro.

A partir do trabalho de Manuel Guerra, partiu-se, como nos explica Deolindo Pessoa, "para uma opção estética de teatro de marionetas", em parceria desenvolvida com Manuel Rocha, da *Brigada Victor Jara*, que assegura a direcção musical do espectáculo. A encenação e dramaturgia da "História da Lua e do Mar" são da responsabilidade de Deolindo Pessoa, a interpretação de Henrique Guerra e Rita Neves, a direcção de produção de Isabel Craveiro e a produção executiva de Sara Pinto. Fábio Azevedo e João Costa asseguram a montagem do espectáculo e Virgínia Esteves a coordenação técnica e a operação de luz e som. Tiago Madeira, gráfico do "JF" e colaborador regular do "Teatrão", assina o trabalho gráfico que envolve a divulgação do espectáculo, com destaque para o cartaz.

Uma palavra ainda para José Baltasar, que aproveitou material reciclado (latas de conserva, tetra packs, CDs, etc) para fazer os bonecos. **!**

Algarve
Férias

Aluga-se apartamento T2+1, totalmente equipado a 300 mts da Praia da Rocha, parque privativo. Contacto: Ana Maria Carvalho, telef.: 217979061 • Telem. 962454989

BAILADO

“Sonho de uma noite de Verão”

Teatro Camões, Lisboa



Com coreografia de Heinz Spoerli e direcção musical de James Tuggle, a Companhia Nacional de Bailado (CNB) “regressa” a casa (Teatro

Camões, em Lisboa) no próximo mês de Junho para estrear em Portugal “*Sonho de uma noite de Verão*”, de acordo com a seguinte agenda: dias 4 e 5, às 21h00; dia 6 (domingo), às 16h00; dias 18 e 19, às 21h00 e, finalmente, no dia 20 (domingo), às 16h00.

Depois, nos dias 25 e 26 a CNB estará no Centro de Congressos do Funchal.

Informações sobre bilhetes para os espectáculos da Companhia na *Ticketline* - tel: 21 003 6300 / www.ticketline.pt; nas FNACs e na bilheteira do Teatro Camões - (só nos dias de espectáculos) - tel: 21 896 6599 |

TEATRO

Comuna apresenta “Cara de Fogo”



Até 30 de Junho, o Teatro da Comuna, a comemorar 32 anos de vida, apresenta na Praça de Espanha, em Lisboa, a peça “*Cara de Fogo*”, do dramaturgo alemão Marius von Mayenburg. A encenação é de João Mota e em palco estão Carlos Paulo, Manuela Couto, Álvaro Correia, João Tempera e Carla Chambel. O texto foi traduzido por Vera San Payo Lemos. Espectáculos de quarta a sábado às 21h30 e aos domingos às 16h00. Preços especiais para estudantes e aposentados. Mais informações pelo telefone 217221770. |

Cursos de Jazz e música tradicional na Academia de Ançã

A Academia de Música de Ançã, recentemente criada, é um projecto jovem, ambicioso e inovador que pretende trazer a possibilidade de aprendizagem e aperfeiçoamento musical de diversos instrumentos, com uma atenção e dedicação muito especial para os instrumentos de música tradicional.

A Academia inclui cursos de Jazz, Música Tradicional ou Cursos Livres, com a presença de nomes prestigiados da música portuguesa, de grupos como o GEFAC, Brigada Victor Jara, Realejo, Diabo a Sete, Cantautores, Belle Chase Hotel, entre outros. Esta Academia está situada em Ançã, entre Coimbra e Cantanhede, na rua Rua Maestro Artur Salguinho, 33, r/c (no edifício da Policlínica de Ançã). A pré-inscrição nestes cursos pode ser feita on-line.

Numa era em que a música chega até nós nas mais diversas abrangências e estilos, e num distrito em que se afirma a existência de um

número cada vez mais significativo de músicos, bem como o interesse pela aprendizagem de diferentes vertentes musicais, surge a necessidade de criação de uma Escola de Música que fosse ao encontro dessas necessidades. Assim,

a Academia de Música de Ançã (AMA) surge, em colaboração com o Instituto da Juventude de Coimbra, para colmatar a lacuna existente no ensino da música da nossa região, proporcionando a formação nas seguintes áreas musicais: Jazz, blues, música latina, erudita, tradicional, fado de Coimbra.

A AMA surge também como veículo privilegiado para a organização de workshops e concertos, permitindo o contacto com professores e músicos, com créditos firmados de reconhecida qualidade e competência, nas diferentes especialidades de que dispomos. |

www.gaitadefoles.net/escola/amanca.htm



Museu da Presidência

O Museu da Presidência da República vai ser inaugurado no próximo 5 de Outubro e permitirá conhecer todos os Presidentes desde 1910. A equipa escolhida por Jorge Sampaio para concretizar a iniciativa está a tentar obter o maior número de documentação possível.

O museu está a assinar uma série de protocolos com instituições, arquivos e famílias de ex-chefes de Estado de forma a reunir documentação sobre a actividade presidencial que atravessou os quatro regimes políticos desde a fundação da República, a 5 de Outubro de 1910.

É uma iniciativa do actual Presidente, Jorge Sampaio, e funcionará de forma autónoma junto à entrada principal do Palácio de Belém, disponibilizando, além da história dos Presidentes e do seu dia-a-dia, uma galeria de retratos, documentos e correspondência trocada no exercício de funções.

Para a concretização deste espaço, uma equipa de investigação dirigida pelos historiadores António Costa Pinto e Maria Inácia Rezola está a trabalhar há alguns anos para que o museu possa abrir as portas com o maior número de documentação possível. |

Lusa, 12/05/2004

NetPISTAS

Sugestões de navegação

Teatro

www.obando.pt

Toda a programação, os sonhos e os projectos de um criativo grupo de teatro: “O Bando”, que, depois do Porto, apresenta em Lisboa a peça “Ensaio sobre a Cegueira” (baseada no livro de José Saramago), de 17 a 20 de Junho. |

Celtas “invadem” Vizela

O gaiteiro asturiano Xuacu Amieva bem pode ser considerado o grande chamariz do III Festival Intercéltico de Vizela, que, nos dias 2 e 3 de Julho, vai voltar a instalar-se na Praça da República, com acesso franco. Completando o cartaz, estarão os portugueses Imbolc, os Xistra de Coruxo (Galiza) e os Balbarda (Castela-Leão).

O festival começa com uma consagração — os Imbolc conquistaram o palco vizelense por via do segundo lugar obtido no I Concurso Nacional de Música Folk, realizado em Sendim no final do ano passado. Seguem-se os Xistra de Coruxo, um grupo que explora, como os próprios afirmam, — “um conceito claramente revolucionário: o folk galego-minhoto”; ou seja, a tradição musical galega entrecruzada por referências intrinsecamente minhotas.

A segunda noite começa com os Balbarda (na foto) — na vanguarda da folk castelhana, combinam tradição e modernidade, num percurso, reconhecidamente, inspirado na ‘instituição’ La Musgaña —, cabendo a Xuacu Amieva encerrar o certame. Sobre este natural de El Mazucu sobram encómios — “referência fun-



damental e de todo incontornável em termos de conhecimento e de estudo da música tradicional asturiana, é um gaiteiro de amplamente reconhecidos méritos, virtuoso multi-instrumentista e pedagogo” — e prazeres auditivos. Absolutamente a não perder. |

A.B.

Almada

Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público



Centenas de artistas portugueses e estrangeiros, do teatro ao circo, passando pelas marionetas e a música, dão vida à 9ª edição do festival “Sementes”, em Almada, organizado pelo Teatro Extremo, companhia profissional nascida naquele concelho da margem sul do Tejo e que dedica, no âmbito do seu projecto cultural, uma atenção muito especial às crianças. Várias entidades dão o seu apoio à iniciativa, incluindo o Município local.

Do valioso programa do “Sementes”, iniciado a 5 de Maio, deixamos a agenda dos seus últimos três dias de actividade: 29/5 - 10h30, “Mimos Coloridos”, Trupilariente, animação de rua e artes circenses, Mercado Mte da Caparica; também às 10h30, “Il Colori dell’Acqua”, La Baracca, teatro para crianças de 1 a 3 anos, Teatro Extremo; “Carte Postale”, Compagnie Félicette Chazerand, dança, Fórum Romeu Correia; 30/5 - 10h30, apresentação do exercício final do atelier de iniciação teatral “Adivinha quem sou”, T. Extremo; 17h00, cinema de animação, selecção CINANIMA, para todos, Fórum Romeu Correia; “Quand seguis petit papa”, Suc de Ruc Payasos, Pátio Prior Crato; 1/6 - das 10h30 às 14.30, “Hands”, The Moscow Hand’s Theatre, Teatro de Mãos, maiores de 6 anos, Fórum Romeu Correia; 11h00, “Conta lá outra vez”, Delphim Miranda, marionetas, para todos, Parque Urbano de Almada; 11h00, “Histórias dentro de uma

Mala”, Teatro Extremo, contadores de histórias, para todos, T. Extremo, sala Miratejo; 15h30, “O Grande Espectáculo”, “Crème de la Crème”, Teatro/Circo, para todos, Pç. Da Liberdade; 16h00, “La Odissea”, Teatro Viridiana, teatro de rua, para todos, Pç. da Liberdade. |



Começaram a ser divulgadas as primeiras bandas que vão actuar no 12º Festival de Paredes de Coura, a realizar entre 17 e 20 de Agosto na Praia do Tabuão. DKT/MC 5 e Scissor Sisters são os grupos já anunciados em www.paredesdecoura.com |

CIÊNCIA

“O dia em que nasceu a Química”



Integrado no ciclo “Despertar para a Ciência”, vai realizar-se no próximo dia 2 de Junho, em Coimbra, um colóquio subordinado ao tema “O dia em que nasceu a Química”. A sessão, mercada para as 15h00 no auditório da Reitoria da Universidade, será dinamizada por Jorge Calado, do Instituto Superior Técnico (IST) de Lisboa.

Promover o interesse dos jovens pela ciência foi o objectivo central deste ciclo de colóquios-2004, iniciativa conjunta da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), cuja agenda inclui actividades em Lisboa, Porto, Vila do Conde, Coimbra, Faro, Funchal, Ponta Delgada, Horta e Angra do Heroísmo. |



CD's

Madredeus “Um amor infinito”



Em boa hora interromperam as suas constantes digressões por esse mundo fora e gravaram “Um amor infinito”,

um trabalho brilhante, na linha do que os “Madredeus” nos foram habituando ao longo da sua carreira.

Depois de “Movimento” (Abril de 2001), “Um amor infinito” revela a maturidade e o talento de um grupo que tem valorizado o nosso país e a música portuguesa e que não cede um milímetro nos padrões de qualidade e rigor.

Parabéns a Teresa Salgueiro, Pedro Ayres de Magalhães, José Peixoto, Carlos Maria Trindade e Fernando Júdece. |

JPO